

Instituto Politécnico de Setúbal



Escola Superior de Ciências Empresariais

Contabilidade Ambiental: estudo sobre a sua aplicabilidade numa amostra de empresas do PSI-20

Iolanda Adelaide Mendonça Roque

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do Grau de
Mestre em Contabilidade e Finanças pela Escola Superior de Ciências Empresariais

Mestre em Contabilidade e Finanças

Orientadora: Professora Doutora Maria do Amparo Guedes

Setúbal, 2012

DEDICATÓRIA

Dedico esta Dissertação à minha mãe, Ana Paula Roque, que ao longo da minha existência tem-me apoiado para que consiga alcançar todos os meus objectivos, inclusivê este, sendo a pessoa que mais conseguiu motivar-me e apaziguar-me nos momentos mais complicados no desenvolvimento desta dissertação, ao meu irmão, André Roque, que devido ao seu espírito crítico, conseguiu motivar-me e fazer com que eu me empenhasse de uma forma mais árdua na conclusão desta Dissertação.

A todos os que me rodeiam actualmente, família, actuais colegas de trabalho, e amigos, pois tiveram sempre uma palavra amiga que ajudou na minha motivação para concluir esta Dissertação.

AGRADECIMENTOS

Á minha orientadora Professora Dr^a Maria Do Amparo Guedes, pela orientação para que assim concluísse esta Dissertação, à Professora Doutora Teresa Eugénio, pelo esclarecimento de algumas questões relativas à temática em estudo nesta Dissertação, e à minha mãe, pelo apoio e força em todo o processo de conclusão desta Dissertação.

ÍNDICE

1. Introdução	8
2. Revisão da Literatura	10
2.1. Conceito de Contabilidade Ambiental	11
2.2. Importância da Contabilidade Ambiental	12
2.3. Vantagens da Contabilidade Ambiental	13
2.4. Normativo Contabilístico sobre Matérias Ambientais	14
2.5. Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 37	15
2.5.1. Objectivo.....	15
2.5.2. Âmbito	16
2.5.3. Reconhecimento	16
2.5.4. Mensuração	16
2.5.5. Reembolsos.....	17
2.5.6. Alterações em Provisões	17
2.5.7. Uso de Provisões.....	17
2.5.8. Aplicação das Regras de Reconhecimento e de Mensuração.....	18
2.5.9. Apresentação e divulgação.....	18
2.5.10. Divulgações no Relatório de Gestão	18
2.5.11. Divulgações no Anexo	19
2.6. Organizações / Entidades Ambientais.....	20
2.6.1. GRI - <i>Global Reporting Initiative</i>	20
2.6.2. WBCSD – <i>World Business Council for Sustainable Development</i>	21
3. Metodologia.....	21
3.1. Abordagem.....	21
4. Análise e Discussão dos Dados Obtidos.....	22
4.1. Descrição da Amostra	22
4.2. Análise dos Relatórios e Contas de 2008, 2009 e, 2010.....	23
4.3. Índice de Divulgação Ambiental	49
5. Conclusão	54
6. Referências Bibliográficas.....	55
7. Anexos	57

RESUMO

A temática da Contabilidade Ambiental tem tido uma grande importância ao longo dos anos, cada vez existe uma maior preocupação em cuidar e preservar o ambiente, o que nos leva a abordar assim o conceito de Desenvolvimento Sustentável, dado que a Contabilidade Ambiental surge também um pouco no âmbito do Desenvolvimento Sustentável, no fundo para assegurar às gerações vindouras os recursos que temos hoje.

Este trabalho tem como principal objectivo apreender o conceito de Matérias Ambientais e o seu funcionamento, assim como o seu impacto nos diversos componentes das demonstrações financeiras.

Irão ser estudadas as normas de Contabilidade Ambiental no âmbito de conhecer em que rubrica é possível imputar possíveis ganhos ou gastos relativos ao ambiente, uma vez que de facto existe uma rubrica onde é possível às empresas estimarem um ganho ou um gasto que prevêm que possam vir a incorrer.

Serão assim analisadas as informações financeiras de uma amostra de empresas do PSI-20 dos anos 2008, 2009 e, 2010, com o objectivo de identificar os componentes das DF afectados pelo reconhecimento dos impactos ambientais, determinar qual a sua natureza, enumerar os factos mais comuns geradores desses impactos e, concluir se essas mesmas empresas adoptam ou não o método da Contabilidade Ambiental.

ABSTRACT

The theme of Environment Accounting has a great importance over the years, every day a greater concern to preserve and take care of the environment grows stronger, which lead us to the concept of Sustainable Development. As Environment Accounting is also a part of the Sustainable Development, the goal is to ensure that future generations have the same resources we have today.

This thesis aims to study the Environmental Accounting, in particular concepts that until now have been assigned to it. As may occur later, various concepts for the Environmental Accounting will be presented, as well as a study to its importance for companies. It is also intended to analyze the advantages for companies applying Environmental Accounting standards.

Environmental Accounting standards will be studied in the context of knowing in which rubric can gains or expenses relating to the environment possibly be imputed, since in fact there is a rubric where it is possible for companies to estimate a gain or an expense that has been predicted these may incur.

Thus, financial information of five companies listed on the Lisbon Stock Exchange will be studied in order to conclude whether these same companies adopt or not the method of environmental accounting.

PREFÁCIO

Ao longo dos últimos anos tem-se verificado uma crescente preocupação em preservar o ambiente, de forma a garantir os recursos que temos hoje para as nossas gerações futuras. Esta preocupação, levou a uma consciencialização de que era necessária uma mudança de atitude dos seres humanos.

Deste modo, e no âmbito desta necessidade de se tomar uma atitude para protecção do ambiente, as empresas têm vindo a tomar medidas para manterem a sua actividade porém agora, respeitando mais o ambiente.

Este estudo vem assim tentar compreender o conceito de Contabilidade Ambiental, o que realmente significa e, quais os procedimentos para a adoptar, bem como até que ponto actualmente algumas organizações estão de facto preocupadas com o ambiente, ao ser realizada uma análise das informações contabilísticas destas organizações em estudo.

1. INTRODUÇÃO

Desde o início do século 20, tem-se verificado uma maior preocupação pelo ambiente, cada vez mais se ouve falar em Desenvolvimento Sustentável. Começaram a surgir as primeiras campanhas de sensibilização para a comunidade contribuir para a preservação do ambiente, porém, surgiu também uma exigência maior por parte da sociedade, na medida em que actualmente já existe um consumo virado para a preservação do ambiente, existindo cada vez mais uma procura por produtos ecológicos, estes produtos têm de surgir de organizações preocupadas com a preservação desse ambiente.

Isto significa que hoje as organizações se deparam com mais uma exigência por parte do mercado, daí actualmente já encontrarmos algumas organizações que efectuem campanhas para dar a conhecer ao mercado a sua envolvimento nesta temática da preservação do meio ambiente.

Numa altura, em que este tema, do meio ambiente está em foque a nível mundial, é realmente pertinente falarmos em Contabilidade Ambiental, e neste estudo, pretende-se conhecer a envolvimento de algumas empresas na preservação do ambiente.

Deste modo, este projecto pretende analisar alguns princípios e procedimentos da Contabilidade Ambiental, bem como analisar a inter-relação entre o ambiente a contabilidade e a gestão, e de que forma a contabilidade contribui para a responsabilização para a tomada de decisões, bem como a sua aplicação pelas empresas do PSI-20.

E uma vez que a Contabilidade deve ser transparente, isto é, a Contabilidade é proveniente de uma recolha de informação que deve ser analisada, e devidamente explicada, de forma a que seja possível verificar de que forma os recursos têm vindo a ser usados. Deste modo, é também relevante compreender de que forma a Contabilidade Ambiental é explicada, para tal, e tendo em consideração que irão ser analisados Relatórios e Contas de empresas do PSI-20, torna-se relevante identificar as Normas de Contabilidade a que as mesmas estarão sujeitas.

Em suma, pretende-se concluir se as empresas em estudo neste projecto divulgam ou não nos seus Relatórios e Contas dos anos de 2008, 2009 e, 2010 as medidas que adoptam para a protecção, e reparação de possíveis danos ao ambiente.

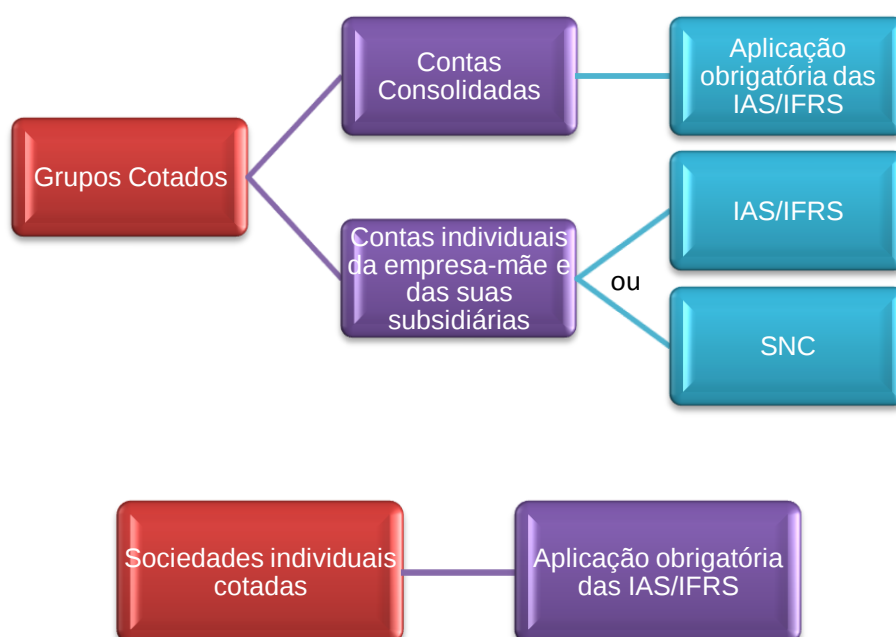
Devido à necessidade de alinhar o normativo contabilístico português com as normas internacionais de contabilidade, de forma a que seja possível uma comparação das demonstrações financeiras de Portugal com as da União Europeia. Segundo, Rodrigues em “Sistema de Normalização Contabilística Explicado” ...“a CNC apresentou ao Governo a 15 de Janeiro de 2003 um documento intitulado “Projecto de Linhas de Orientação para um Novo Modelo

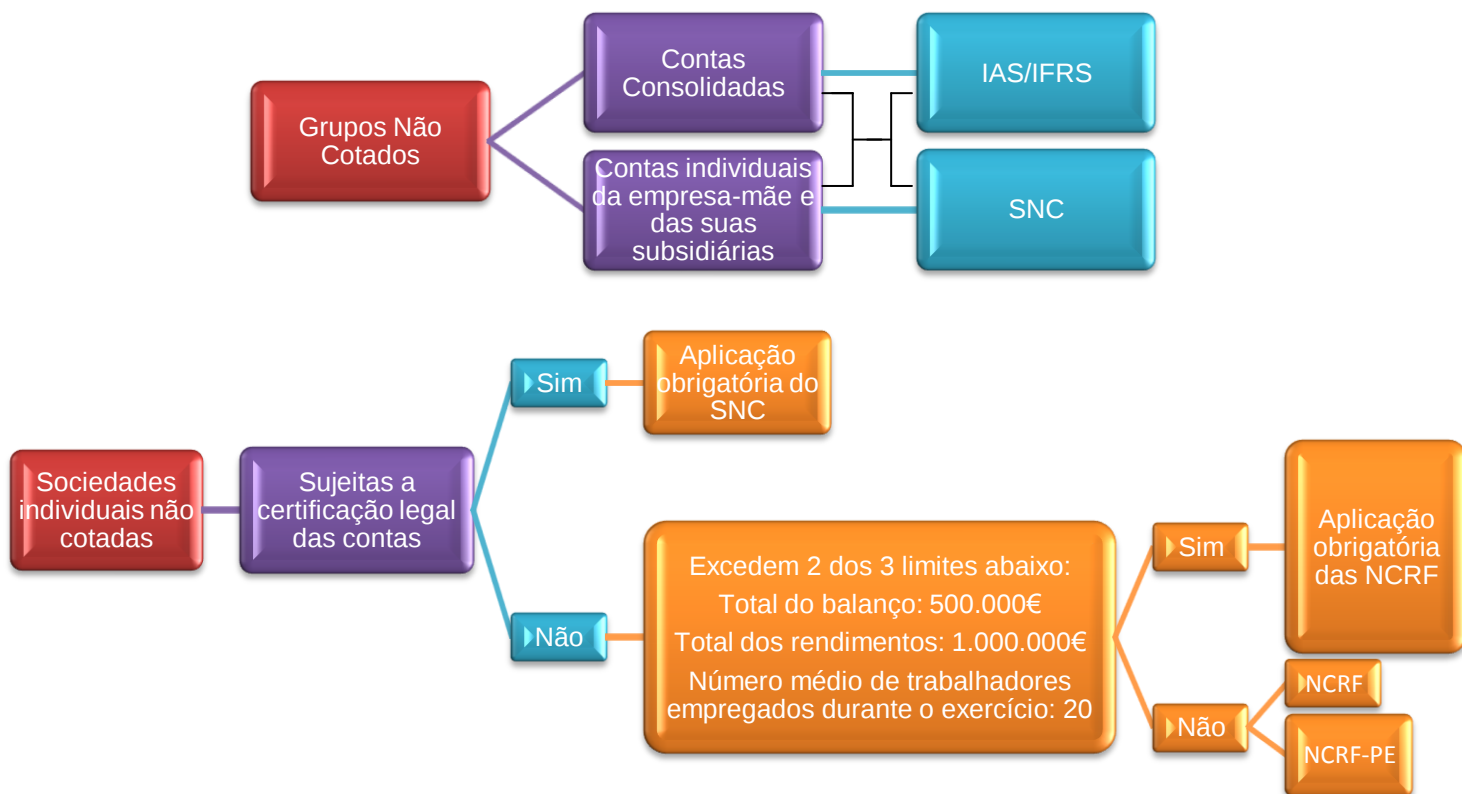
de Normalização Contabilística”, onde constavam as várias razões para o desejado alinhamento do referencial contabilístico português com as normas internacionais contabilísticas, tais como:

- 🇵🇹 Profundas alterações na conjuntura económica e financeira dos últimos anos, devido a:
 - ⌚ Concentração de actividades empresariais a nível nacional, europeu e mundial;
 - ⌚ Desenvolvimento de grandes espaços económicos – União Europeia, Nafta, Mercosul, Sudoeste Asiático;
 - ⌚ Regionalização e globalização dos mercados financeiros;
 - ⌚ Liberalização do comércio e globalização da economia;
 - ⌚ Aparecimento de uma “nova economia” baseada nos enormes avanços dos sistemas de tratamento de informação e de telecomunicações.
- 🇵🇹 Contínuo crescimento do movimento de internacionalização das empresas sob formas diversas como, por exemplo, a criação de subsidiárias, fusões, aquisições, empreendimentos conjuntos e alianças estratégicas”.

É deste modo, que surge então o novo referencial contabilístico português, o qual se encontra representado na Figura 1 que se apresenta de seguida:

Figura 1 – Novo Referencial Contabilístico Português





Fonte: Rodrigues, João, em "Sistema de Normalização Contabilística Explicado", pg.22.

Deste modo, é possível concluir que os Normativos Contabilísticos que irão ser seguidos para a elaboração deste projecto são as IAS/IFRS.

2. REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo procurar-se-á expor de forma sucinta a importância da Contabilidade Ambiental, bem como evidenciar os principais aspectos teóricos relacionados com o tema.

Assim, para a elaboração deste trabalho irão ser utilizados métodos como a pesquisa bibliográfica, e a análise de documentos relacionados com a Contabilidade de Gestão Ambiental que foram apresentados em vários congressos.

O tema em estudo neste projecto é considerado bastante recente, no entanto, já tem sido alvo de algumas publicações, devido à relevância que o mesmo tem para toda a sociedade.

Para o desenvolvimento prático, irá ser seleccionada uma amostra de empresas cotadas do PSI-20 da Euronext Lisboa, que desde 2005 aplicam as normas internacionais de contabilidade, serão utilizadas as informações financeiras dos exercícios 2008, 2009 e 2010, o que permitirá também comparar a evolução deste conceito, de uns anos para os outros.

2.1. CONCEITO DE CONTABILIDADE AMBIENTAL

A Contabilidade Ambiental tem em vista a contabilização dos prejuízos e benefícios que possam ser gerados aquando do desenvolvimento de um produto. A Contabilidade Ambiental pretende a identificação e o registo de eventos ambientais de forma a auxiliar os gestores na tomada de decisões, significa que a demonstração da responsabilidade ambiental da empresa, através da utilização de relatórios contabilísticos, podem auxiliar os gestores na tomada de decisões, desde que essa evidenciação de gastos com o controlo ambiental seja efectuada de uma forma fidedigna e transparente. De mencionar que “o termo ambiental refere-se ao meio físico natural, incluindo o ar, a água, a terra, a flora, a fauna e os recursos não renováveis como por exemplo os combustíveis fósseis e os minerais”. De acordo com a NCRF 26 – Matérias Ambientais.

Segundo Iudícibus (2000:19) o (...)“objectivo da Contabilidade é fornecer aos usuários, independentemente da sua natureza, um conjunto básico de informações que, presumivelmente, deveria atender igualmente bem a todos os tipos de usuários ”(...).

Segundo Teixeira (2000:03) (...)“a contabilidade do meio ambiente tem crescido de importância para as empresas em geral porque a disponibilidade e/ou escassez de recursos naturais e a poluição do meio ambiente tornaram-se objecto do debate económico, político e social em todo o mundo”(...

No conceito de Contabilidade Ambiental, estão implícitos conceitos como dispêndios de carácter ambiental, também usualmente chamados de Passivos Ambientais, estes “incluem os custos das medidas tomadas por uma entidade ou, em seu nome, por outras entidades, para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental decorrentes das suas actividades. Estes custos incluem, entre outros, a eliminação de resíduos ou as iniciativas destinadas a evitar a sua formação, a protecção dos solos e das águas superficiais e subterrâneas, a preservação do ar puro e das condições climáticas, a redução do ruído e a protecção da bio-diversidade e da paisagem. Segundo a NCRF 26 – Matérias Ambientais.

Também é comum no conceito de Contabilidade Ambiental, mencionar-se o conceito de Activos Ambientais. Um Activo Ambiental é um recurso de ocorrências passadas e dos quais é esperado benefícios futuros económicos directos ou indirectos, controlado pela empresa.

2.2. IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

De facto, ao longo dos últimos tempos, tem-se vindo a estudar cada vez mais esta temática da Contabilidade Ambiental, e convém referir que tal tem vindo a acontecer devido a uma crescente preocupação em assegurar o que está implícito no conceito de Desenvolvimento Sustentável. De facto, cada vez mais somos confrontados com esta problemática de termos a responsabilidade de assegurar os recursos naturais para as gerações vindouras, de forma a que as próximas gerações possam também usufruir do que pelo menos possuímos hoje, se bem que o objectivo é o desenvolvimento, por isso espera-se que seja possível que as futuras gerações, usufruam de uma forma mais sustentada desses recursos.

É o que a geração actual tem vindo a tentar fazer, otimizar a utilização dos recursos naturais que possuímos hoje. E pode afirmar-se que realmente o temos feito, basta lembrarmos que desenvolvemos a energia solar, temos feito bastantes progressos em relação aos veículos mais amigos do ambiente, tudo isto é desenvolvimento sustentado, pois estamos a fazer esforços com objectivo de não prejudicar as próximas gerações.

No entanto, e enquadrando a importância do Ambiente nas organizações, Stefan Schaltegger e, Roger Burrit, sugerem a figura seguinte como reflexo da importância da contabilidade ambiental para os *stakeholders*.

Stakeholders (examples)	Conventional accounting						Ecological accounting		
	Management		Financial		Other		Internal	External	Other
Management	●	●	●	●	●	●	●	●	●
Shareholders			●	●				●	
Tax agency			●		●	●			●
Creditors			●	●				●	
Ecological rating agencies			●	●				●	
Environmental Protection Agency		●		●		●	●	●	●
etc.	...	...	...	...	...	...	...	...	...

Environmentally differentiated accounting (in monetary units)

Ecological accounting (in physical units)

Environmental accounting (environmentally differentiated accounting + ecological accounting)

●

(Historically) most important accounting system for communication, analysis, etc. with respective stakeholder

○

Additional accounting system for communication, analysis, etc. with respective stakeholder

Fonte: Stefan Schaltegger e, Roger Burrit em "Contemporary environmental accounting: Issues, Concepts and Practice", pg. 59.

Como já foi referido, a Contabilidade Ambiental tornou-se relevante nestes últimos tempos, Schaltegger e Burrit (2000) consideram que a Contabilidade Ambiental nasceu num processo de pressão exercida pelos *stakeholders*, uma vez que consideravam que assim teriam um maior controlo sobre o desempenho ambiental da empresa, compreendiam que a Contabilidade Ambiental seria um importante instrumento de gestão, na medida em que facilitaria a integração dos aspectos ambientais na definição de estratégias e tomadas de decisões. Uma vez que, numa óptica de custos, a Contabilidade Ambiental contribui para a melhoria do desempenho ambiental e económico da empresa, dado que permite identificar, custos ambientais que estejam eventualmente escondidos nos custos gerais, e oportunidades de compensar os custos ambientais com os custos decorrentes da venda de resíduos valorizáveis, de tecnologias limpas ou outros produtos ou serviços com o mercado, bem como identificar oportunidades de redução/eliminação de custos, ao nível de decisões de gestão ou através da adopção de estratégias eco-eficientes, já numa óptica financeira, permite, dar resposta à necessidade crescente do mundo empresarial e dos diversos *stakeholders* no âmbito da evolução das estratégias ambientais e financeiras bem como a avaliação de oportunidades decorrentes do mercado de modo a determinar novas tecnologias, produtos ou cadeias de valor.

“Muitas empresas portuguesas têm informação materialmente relevante sobre as matérias ambientais e estas não são divulgadas em parte alguma do seu relatório e contas”. Segundo Teresa Eugénia em “Auditoria” publicado na revista “Revisores e Auditores Jan/Mar 2009.

2.3. VANTAGENS DA CONTABILIDADE AMBIENTAL

Teresa Eugénio em “Contabilidade Ambiental” cita as seguintes “vantagens para as empresas, tanto a nível interno, como a nível externo:

-  Dar resposta a novas necessidades de controlo contabilístico;
-  Tornar o relato financeiro mais útil aos respectivos utilizadores e constituir um elemento adicional da demonstração de desempenho;
-  Melhorar o planeamento e controlo das actividades de gestão ambiental da empresa;
-  Potenciar a racionalização de gastos;
-  Estimular novas perspectivas sobre o processo productivo;
-  Permitir a correcta determinação de gastos de produção e preços de comercialização;
-  Trazer o ambiente para dentro do processo de gestão;
-  Facilitar a recolha e apresentação de elementos necessários ao cumprimento de obrigações tais como:
 -  Documentos de prestação de contas destinados ao mercado nacional;

- ☉ Documentos de prestação de contas destinados ao mercado internacional;
- ☉ Informação solicitada por autoridades estatísticas;
- ☉ Informação solicitada por entidades reguladoras;
- ☉ Outras.”

2.4. NORMATIVO CONTABILÍSTICO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Actualmente e considerando a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a temática ambiental está regulamentada em Portugal pela Norma Contabilística e de Relato Financeiro nº 26, da Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

Até à entrada em vigor do SNC, a temática ambiental estava regulamentada em Portugal, pela Directriz Contabilística nº 29, publicada pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC). Segundo Teresa Eugénio em “Auditoria” publicado na revista “Revisores e Auditores Jan/Mar 2009“, esta surgiu com o objectivo de identificar o tipo de informação ambiental que deve ser divulgada relativamente à atitude da entidade face às matérias ambientais e ao comportamento ambiental da entidade”, porém apoiada pela Norma Internacional de Contabilidade nº 36 e nº 37, do *International Accounting Standard Board* (IASB).

Uma breve análise às Normas Nacionais e Internacionais de Contabilidade salienta-se a dificuldade na contabilização dos efeitos ambientais, a difícil captação ou inventariação dos efeitos a processar, a complexa repartição da responsabilidade por aqueles efeitos e a sua mensuração.

Em termos de regulamentação, encontram-se em vigor a IAS (*International Accounting Standard*) e, a NCRF (Norma Contabilística e de Relato Financeiro) que são aplicáveis a empresas cotadas.

Como neste estudo as empresas que irão ser analisadas são empresas do PSI-20, as regulamentações que serão tidas em consideração são a IAS e o SNC. Seguidamente são apresentadas as IAS relevantes para esta temática, bem como a identificação do seu respectivo enquadramento.

IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

No parágrafo 9, é mencionada a possibilidade de apresentação de um Relatório que inclua entre outras as alterações no ambiente, isto é, as entidades podem apresentar um Relatório Ambiental.

IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento

Referência a uma conta para registo de multas por contaminação ambiental.

 IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis

No parágrafo 11, é mencionada a possibilidade de reconhecimento de Activos que sejam adquiridos no âmbito da protecção ambiental.

 IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar

No Apêndice C, é referido a título de exemplo, o uso de estimativas, bem como a provisão para custos ambientais e custo de restauro de locais.

 IAS 36 – Imparidade de Activos

No Apêndice C, é referida a perda de valores activos por razões ambientais.

 IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

Nos parágrafos 19 e 21, é referida a possibilidade de reconhecimento como provisões as obrigações que resultem de acontecimentos passados.

 IAS 38 – Activos Intangíveis

Referência à possibilidade de a empresa possuir activos intangíveis de carácter ambiental, apesar de não mencionar directamente.

A norma mais relevante para este estudo é a IAS 37, uma vez que é esta norma que define o que é que as empresas devem divulgar em termos de matérias ambientais, refere como é que as provisões de carácter ambiental devem ser registadas, e indica como deve ser calculada e tratada a estimativa que deve ser contabilizada na rubrica “Outras Provisões para Riscos e Encargos”. As restantes normas acima apresentadas apenas suportam a IAS 37, e por isso foram referidas e mencionadas na parte em que interessam para a aplicação da IAS 37, são como que a base da IAS 37, pois para compreensão e adopção da IAS 37 é necessária a consideração daquelas normas acima referidas para a adequada aplicação das IAS 37.

2.5. Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 37

2.5.1. Objectivo

Esta Norma tem como objectivo prescrever os critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação relativos a provisões, passivos e activos contingentes, de forma a que seja divulgada a informação suficientemente relevante nas notas às demonstrações financeiras.

2.5.2. Âmbito

A aplicação desta norma está prevista para todas as empresas no âmbito da contabilização de provisões, passivos e activos contingentes.

Esta norma é aplicável a instrumentos financeiros, incluindo garantias, desde que não estejam registados pelo justo valor.

Esta norma não é aplicável aos contratos executórios, que são contratos em que uma das partes não cumpriu com as suas obrigações ou ambas cumpriram parcialmente as suas obrigações em igual extensão, é sim aplicável a contratos onerosos. Não é aplicável a contratos com seguradoras. Na existência de outra Norma relativa a provisões, essa norma deverá ser utilizada ao invés desta.

2.5.3. Reconhecimento

Deve-se reconhecer uma provisão apenas quando exista a previsão de uma obrigação presente (legal ou construtiva) que tenha resultado de um acontecimento passado, o que implique que seja provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos irá ser necessário para liquidar essa obrigação, bem como seja possível a estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

No reconhecimento de uma provisão poderá existir alguma susceptibilidade relativamente ao reconhecimento ou não dessa obrigação, por isso, esta Norma vem referir que a provisão deverá ser reconhecida sempre que seja mais que provável do que não que um acontecimento passado origine uma obrigação à data do balanço.

2.5.4. Mensuração

O reconhecimento de uma provisão é efectuado com base numa estimativa, estimativa essa que deve ser fiável, ou seja, a melhor estimativa possível do dispêndio exigido para liquidar essa obrigação.

Considerando que a provisão é efectuada com base numa estimativa, coloca-se a questão sobre como efectuar essa estimativa, em resposta a essa questão a Norma refere que a provisão deverá ser efectuada tendo em consideração a melhor estimativa possível para liquidar a obrigação, essa melhor estimativa possível poderá ter por base a quantia que a empresa que irá incorrer na obrigação racionalmente pagaria para liquidar essa obrigação à data do balanço ou para a transferir para uma terceira parte nesse momento.

Poderá acontecer que uma provisão a efectuar seja referente a uma grande população de itens, neste caso a obrigação estimada deverá ter em consideração todos os possíveis desfechos

para as suas probabilidades associada, este método estatístico de estimativa denomina-se “o valor esperado”. Para estes casos, a provisão será reconhecida de forma diferente, isto porque deve considerar-se a probabilidade de perda de uma determinada quantia, seja por exemplo de 60 ou 90 por cento. “Quando houver uma escala contínua de desfechos possíveis, e cada ponto nessa escala é tão provável como qualquer outro, é usado o ponto médio da escala”.

Esta norma refere a possibilidade de uma empresa considerar consequências possíveis aquando da aplicação da provisão, ou seja, quando uma empresa incorre numa provisão é porque surgiu uma obrigação no passado, contudo poderá acontecer e uma empresa deverá ter em consideração que mesmo quando aplica essa provisão para rectificar o acontecimento passado poderão advir consequências dessa rectificação. A Norma explica com o exemplo de uma “rectificação de uma avaria grave numa fábrica importante que tenha construído para um cliente, a consequência mais provável pode ser a reparação ter sucesso à primeira tentativa por um custo de 1.000, mas é feita uma provisão por uma quantia maior no caso de haver uma oportunidade significativa de que serão necessárias tentativas posteriores”.

2.5.5. Reembolsos

Quando uma entidade preveja que será reembolsada parcialmente ou na totalidade pelo dispêndio relacionado com a provisão, só deverá reconhecer esse reembolso quando seja virtualmente certo que será recebido caso a entidade liquide a obrigação.

Em termos de demonstração de resultados, “o gasto relacionado com uma provisão pode ser apresentado líquido da quantia reconhecida de um reembolso.”

2.5.6. Alterações em Provisões

A provisão deve ser revertida se deixar de ser provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação, isto é, a obrigação é revertida quando for provável a não liquidação da mesma.

2.5.7. Uso de Provisões

Só deve ser usada uma provisão para dispêndios relativos aos quais a provisão foi originalmente reconhecida.

2.5.8. Aplicação das Regras de Reconhecimento e de Mensuração

Não se deve cobrir perdas operacionais futuras com provisões. É aconselhável a elaboração de Testes de Imparidade de Activos, segundo a IAS 36, quando alguns activos das operações possam estar com imparidade.

2.5.9. Apresentação e divulgação

As matérias ambientais devem ser objecto de divulgação na medida em que sejam materialmente relevantes para avaliação do desempenho ou da posição financeira da entidade.

2.5.10. Divulgações no Relatório de Gestão

Quando, em conformidade com o disposto no artigo 66º do C.S.C., certas matérias ambientais forem relevantes para o desempenho e posição financeira da entidade ou para o seu desenvolvimento, o relatório de gestão incluirá uma descrição dessas matérias, bem como da resposta da entidade às mesmas matérias. Essas informações devem incluir uma análise objectiva da evolução e situação das actividades da entidade, na medida em que sejam susceptíveis de serem directamente afectadas por matérias ambientais. Para esse efeito terão de efectuar as seguintes divulgações:

 A política e os programas que tenham sido adoptados pela entidade relativamente às medidas de protecção ambiental, especialmente no que respeita à prevenção da poluição. É importante que os utentes do relatório de gestão possam verificar em que medida a protecção ambiental é parte integrante das políticas e actividades da entidade. Se for caso disso, pode incluir-se uma referência à adopção do sistema de protecção do ambiente, bem como à obrigação de respeitar um determinado conjunto de normas ou certificações associadas;

 A extensão em que tenham sido implementadas ou estejam em curso de implementação medidas de protecção ambiental, em virtude da legislação actual ou para antecipar uma futura alteração legislativa, já proposta;

 As melhorias efectuadas em áreas-chave da protecção ambiental. Esta informação é especialmente útil na medida em que pormenorize, de forma objectiva e transparente, o desempenho da entidade relativamente a um determinado objectivo quantificado (por exemplo, emissões nos cinco anos precedentes) e as razões pelas quais se verificam eventualmente desvios significativos;

Sempre que adequado e relevante, tendo em conta a natureza e a dimensão das actividades da entidade e os tipos de problemas ambientais associados a essa actividade,

informações sobre o seu desempenho ambiental, tais como, consumo de energia, consumo de matérias-primas, consumo de água, emissões, remoção de resíduos.

Estas informações poderão ser fornecidas através de indicadores de eco-eficiência e, quando relevante, discriminadas por segmento de negócio. É especialmente importante fornecer dados quantitativos, em termos absolutos, para as emissões e para o consumo de energia, água e matérias, no período de referência, em conjunto com dados comparativos respeitantes ao período de referência anterior. Estes números deverão ser expressos, de preferência, em unidades físicas e não em termos monetários; no entanto, para uma melhor compreensão do seu significado relativo e da sua evolução, os números em termos monetários podem ser relacionados com as quantias evidenciadas no balanço ou na demonstração de resultados;

- Se a entidade emitir um relatório ambiental separado, que contenha informações mais pormenorizadas ou informação ambiental adicional quantitativa ou qualitativa, deve ser feita uma referência a esse relatório. Se esse relatório ambiental contiver as informações mencionadas no parágrafo anterior, pode também fazer-se uma descrição resumida desse relatório e indicar-se que podem ser consultadas outras informações relevantes no relatório ambiental. As informações prestadas no relatório ambiental separado deverão ser consistentes com quaisquer informações conexas publicadas no relatório de gestão e nas demonstrações financeiras da entidade. Se o relatório ambiental tiver sido sujeito a um processo de verificação externa, tal facto deve também ser mencionado no relatório de gestão. É importante informar os utentes do relatório de gestão sobre se o relatório ambiental contém ou não informação objectiva, verificável externamente.

O âmbito e a delimitação da entidade relatada devem ser, preferencialmente, os mesmos no relatório de gestão e no relatório ambiental separado. Caso contrário, o âmbito e a delimitação devem ser claramente explicadas no relatório ambiental, por forma a que possa identificar-se em que medida correspondem à entidade que elabora o relatório de gestão. Além disso, a data e período de referência do relatório ambiental separado devem também, de preferência, coincidir com os do relatório de gestão.

2.5.11. Divulgações no Anexo

Relativamente à divulgação das provisões no Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, a Norma refere que:

“Para cada classe de provisão, uma empresa deve divulgar:

- a) a quantia escriturada no começo e no fim do período;
- b) as provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes;
- c) as quantias usadas (isto é, incorridas e debitadas à provisão) durante o período;
- d) quantias não usadas revertidas durante o período; e

e) o aumento durante o período na quantia descontada proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer alteração na taxa de desconto”.

Também é importante referir a natureza da obrigação bem como as expectativas de exfluxos de benefícios económicos que resultem dessa obrigação, deste modo a empresa deve referir as incertezas em relação à quantia provisionada e o momento da ocorrência de exfluxos de benefícios económicos. A divulgação no Anexo também deve mencionar a quantia de reembolsos que a empresa espera receber, bem como a quantia de qualquer activo que a empresa tenha reconhecido para esse reembolso esperado.

2.6. ORGANIZAÇÕES / ENTIDADES AMBIENTAIS

Devido à crescente preocupação da sociedade em relação ao ambiente, e a expectativa que as empresas fossem também “amigas do ambiente”, originou a necessidade de serem criadas organizações que pudessem de alguma forma regulamentar medidas de protecção ambiental, tais como, por exemplo, estabelecendo limites para a emissão de gases para a camada de ozono, avaliando as medidas que as empresas adoptaram para proteger o ambiente.

Algumas destas organizações são referidas nos Relatórios e Contas de 2008, 2009 e, 2010 das empresas em estudo neste trabalho, seguidamente são apresentadas algumas dessas organizações.

2.6.1. GRI - *Global Reporting Initiative*

A GRI é uma organização sem fins lucrativos que promove a sustentabilidade económica, e produz um dos padrões mais relevantes do mundo para os Relatórios de Sustentabilidade (são relatórios que as empresas desenvolvem a fim de informar à cerca do seu desempenho ambiental, social, económico, etc.) A G3, também conhecida por “terceira geração” é um conjunto de Directrizes gerados pela GRI, que foram lançadas em Outubro de 2006 numa grande conferência internacional. As Directrizes da G3 fornecem orientações universais para informar sobre o desempenho de sustentabilidade, bem como a definição de estruturação de um Relatório de Sustentabilidade.

2.6.2. WBCSD – World Business Council for Sustainable Development

WBCSD, também denominado por Conselho Mundial de Empresas para o Desenvolvimento Sustentável, criada a 1992 em Rio Summit, e tem como objectivo aconselhar outras empresas de forma a que estas possam ser mais eficientes, orientando-as para a protecção do ambiente, e consciencializando-as para o Desenvolvimento Sustentável.

Esta entidade é regulada em Portugal pelo BCSD, com a publicação e tradução das publicações editadas ou promovidas pelo WBCSD.

3. METODOLOGIA

Para a elaboração da parte prática deste trabalho será utilizado o método misto, uma vez que se utilizará o método dedutivo e o método indutivo. Será com base na pesquisa documental, qualitativa e quantitativa, que se espera atingir os objectivos. Este projecto irá utilizar o processo dedutivo, uma vez que irão ser analisados dados quantitativos, nomeadamente Relatórios e Contas dos anos 2008, 2009 e, 2010, e o processo indutivo através da análise de dados qualitativos de forma a obter a informação necessária para responder aos objectivos descritos, bem como a conclusão sobre a evidenciação de provisões de carácter ambiental, bem como a aplicação da norma (*International Accounting Standard*) IAS 37, uma vez que as empresas em estudo são empresas do PSI-20.

3.1. Abordagem

Serão estudados os Relatórios e Contas dos anos 2008, 2009 e, 2010, por serem neles que se encontra a informação que se pretende obter para este estudo, e como referido anteriormente, a temática ambiental deverá também estar divulgada nos Relatórios e Contas. Deste modo tornar-se-á possível verificar se a amostra de empresas em estudo faz qualquer referência à temática do ambiente, tendo em especial atenção os 15 Elementos de Informação Ambiental, deste modo, irá ser utilizada na elaboração deste projecto, a abordagem qualitativa.

Em suma, qualquer referência à temática ambiental encontrada nos Relatórios e Contas de 2008, 2009 e, 2010 será tida em consideração, porém será valorizada a informação que se refira aos 15 Elementos de Informação Ambiental.

Como os Relatórios e Contas das empresas em estudo são bastante extensos, serão elaborados alguns quadros que permitam controlar a informação encontrada nos Relatórios e Contas.

Esta dissertação tem também por base um estudo empírico, uma vez que tem em vista a defesa de teorias científicas existentes relativas à temática em estudo neste projecto.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS OBTIDOS

4.1. Descrição da Amostra

Como já referido anteriormente, para a elaboração deste projecto foram seleccionadas as empresas que integram o PSI-20, sendo elas, as seguintes:

-  Altri, S.G.P.S., S.A.;
-  B.C.P.;
-  Banco Espírito Santo;
-  Banco BPI;
-  Brisa;
-  Cimpor;
-  Grupo EDP;
-  EDP Renováveis, S.A.;
-  Galp Energia;
-  Jerónimo Martins;
-  Mota-Engil, SGPS, S.A.;
-  Portucel, S.A.;
-  Portugal Telecom, SGPS, S.A.;
-  REN, SGPS, S.A.;
-  Semapa, SGPS, S.A.;
-  Sonae Indústria, SGPS, S.A.;
-  Sonae;
-  Sonaecom;
-  Teixeira Duarte;
-  Zon Multimédia, SGPS, S.A..

Das empresas que integram o PSI-20 foram seleccionadas as empresas consideradas causadoras de maior impacto sobre o ambiente, tendo por base o sector a que pertencem, de acordo com Archel Domench e Dallo (2001), Monteito (2007) e Guedes et al. (2005). Desta forma, as instituições financeiras e, as prestadoras de serviços não irão ser objecto de estudo, devido à sua actividade não ter impacto directo relevante no ambiente.

Deste modo, a amostra em estudo apresenta-se como se segue:

-  Altri, S.G.P.S., S.A.;
-  Brisa;
-  Cimpor;
-  Grupo EDP;
-  EDP Renováveis, S.A.;
-  Galp Energia;
-  Mota-Engil, SGPS, S.A.;
-  Portucel, S.A.;
-  REN, SGPS, S.A.;
-  Semapa, SGPS, S.A.;
-  Sonae Indústria, SGPS, S.A.;
-  Sonae;
-  Sonaecom;
-  Teixeira Duarte;

4.2. Análise dos Relatórios e Contas de 2008, 2009 e, 2010

Da análise efectuada à documentação das empresas acima mencionadas, foi possível efectuar o quadro abaixo, que tem como objectivo identificar dessas empresas quais as que abordam esta temática no Relatório e Contas, bem como as que refereciam o normativo ambiental perante o qual assumiram o compromisso de protecção ambiental.

O Quadro 1 apresentado abaixo, resume as empresas da amostra que divulgam ou não informação sobre a matéria ambiental, ao mesmo tempo foi possível identificar as empresas que referem nos seus Relatórios e Contas dos anos 2008, 2009 e, 2010 o normativo ISO 14001:2004.

Quadro 1 – Análise aos Relatórios e Contas de 2008, 2009 e, 2010 baseado na Tabela de Elementos de Informação Ambiental

Empresa	Sector de Actividade	Relatório e Contas			Normas Ambientais referidas no Relatório e Contas		
		2010	2009	2008	2010	2009	2008
Altri, S.G.P.S., S.A.	Pasta de Papel	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Brisa	Operador de auto-estradas	X	X	X	ISO 14001:2004	ISO 14001:2004	ISO 14001:2004
Cimpor	Cimentos	X	X	X	ISO 14001:2004	ISO 14001:2004	ISO 14001:2004
Grupo EDP	Electricidade	X	X	n/a	ISO 14001:2004	ISO 14001:2004	n/a
EDP Renováveis, S.A.	Energia Eólica	X	n/a	X	ISO 14001:2004	ISO 14001:2004	ISO 14001:2004
Galp Energia	Combustíveis	X	X	X	ISO 14001:2004	ISO 14001:2004	ISO 14001:2004
Mota-Engil, SGPS, S.A.	Construção Civil	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a
Portucel, S.A.	Pasta de Papel	X	X	X	n/a	n/a	n/a
REN, SGPS, S.A.	Energias	X	X	X	ISO 14001:2004	ISO 14001:2004	n/a
Semapa, SGPS, S.A.	Cimentos/Pasta de Papel	X	X	X	n/a	n/a	ISO 14001:2004
Sonae Indústria, SGPS, S.A.	Derivados de Madeira	X	X	X	n/a	n/a	n/a
Sonae	Retalho	X	X	X	ISO 14001:2004	ISO 14001:2004	ISO 14001:2004
Sonaecom	Tecnologia	X	X	X	ISO 14001:2004	ISO 14001:2004	n/a
Teixeira Duarte	Construção Civil	X	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a

Legenda: X – empresa faz referência à temática ambiental

n/a – não aplicável

Pela breve análise do Quadro 1, acima representado, é possível verificar que algumas empresas em estudo não divulgam informação ambiental nos seus Relatórios e Contas, mesmo pertencendo a sectores de actividade possivelmente mais poluentes, como por exemplo, no caso da Altri, S.G.P.S, S.A., cujo sector de actividade é a produção de pasta de papel, é de referir que para a produção de pasta papel é necessário o corte de árvores, existe claramente um impacto ambiental que este sector de actividade provoca no ambiente. No caso da Mota-Engil, SGPS, S.A. cujo sector de actividade é a construção civil, que necessita de uso e ocupação de solo.

De referir que dentro da amostra de empresas em estudo, existem empresas com sectores de actividade semelhantes aos destas, e que divulgam informação ambiental.

Seguidamente, será analisada a informação que estas empresas divulgam relativamente à temática ambiental, bem como a verificação se registam a expectativa de encargos relacionados com a temática em estudo de acordo com a IAS 37, ou seja, irá ser verificado se a expectativa destes encargos se encontra registada na rubrica Outras Provisões para Riscos e Encargos, bem como a referência às Normas Ambientais em que as mesmas se enquadram.

Para esta análise aos Relatórios e Contas dos anos 2008, 2009 e, 2010, e com o objectivo de facilitar possíveis conclusões foram elaborados os Quadros que se encontram nos Anexos intitulados de QUADRO 1 – Tabela de Elementos de Informação Ambiental. Estes quadros têm como objectivo identificar a informação que as empresas da amostra divulgam nos seus Relatórios e Contas, informação essa que se encontra apresentada em detalhe seguidamente.

 Altri, SGPS, S.A. e Mota-Engil, SGPS, S.A.

 Não indica nos seus Relatórios e Contas de 2008, 2009 e, 2010 qualquer referência relevante para a matéria em estudo.

 REN, SGPS, S.A.

A Ren gere as suas actividades de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável, nas vertentes económica, social e ambiental. Tem como estratégia, a promoção da sustentabilidade ambiental e a investigação e desenvolvimento, com iniciativas que minimizam o impacto da sua actividade no meio ambiente.

É no âmbito do Plano Europeu sobre as Alterações Climáticas, que surgem as metas «20-20-20», que surgiu da necessidade de ser estabelecido:

- Novo plano de acção sobre segurança energética e solidariedade, para garantir o abastecimento energético sustentável na Europa;
- Nova política de redes de energia, com o objectivo de estimular o investimento em redes de energia de baixo teor de carbono e mais eficientes;
- Novo conjunto de propostas no domínio da eficiência energética, com vista à poupança de energia em áreas fundamentais, como seja, o reforço da legislação sobre eficiência energética em edifícios e sobre produtos consumidores de energia.

O pacote com as metas «20-20-20» foi aprovado pelo Conselho Europeu em Dezembro de 2008, e incluía as seguintes medidas:

- Reduzir em 20% das emissões de gases com efeito de estufa;
- Aumentar em 20% a eficiência energética na UE e;
- Utilizar 20% de energias renováveis no consumo total de energia na UE.

Um dos objectivos da Ren em termos de sustentabilidade é a protecção do ambiente, que o faz com a promoção de energia “mais limpa”.

Em Maio de 2009, a Ren assumiu o compromisso de adoptar um modelo socialmente responsável de preservação do ambiente, ao aprovar a Declaração de Política de Qualidade, Ambiente e, Segurança. Esta postura traduz-se na verificação contínua da conformidade legal da sua actuação, na identificação e na minimização dos impactos ambientais e no estabelecimento de objectivos de melhoria do seu desempenho ambiental. O impacto ambiental das actividades da Ren é avaliado para todos os projectos de infra-estruturas das redes de electricidade e de gás natural. A minimização do impacto ambiental das actividades da Ren é tida em conta logo na fase inicial de implementação dos projectos das infra-estruturas da empresa.

No âmbito da Gestão do desempenho ambiental, a Ren identifica quatro Planos de Promoção de Desempenho Ambiental (PPDA), um por concessionária, estes planos promovidos pela ERSE têm em vista a adopção de medidas voluntárias de melhoria do desempenho ambiental das suas concessionárias. A Ren tem também algumas acções na área do ambiente que são desenvolvidas no âmbito de parcerias com organizações não governamentais de ambiente (ONGA).

Em 2010, as actividades da Ren foram sujeitas a uma avaliação prévia do impacto e do risco ambiental de acordo com as diversas fases: planeamento, projecto, construção, operação, manutenção e desactivação de infra-estruturas obsoletas. A Ren controlou e acompanhou a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) que foi realizada ao Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Transportes de Electricidade de 2009-2014.

 Não divulga quaisquer provisões, dispêndios ou gastos relacionados com a temática ambiental.

 Em Maio de 2009, a Ren assume o compromisso de adoptar um modelo socialmente responsável de preservação do ambiente, ao aprovar a Declaração de Política de Qualidade, Ambiente e, Segurança.

Em 2008, a Semapa, SGPS, S.A. apresenta indicadores ambientais da actividade do Grupo Portucel Soporcel reveladores de melhorias de desempenho em todas as suas fábricas, devido a sistemáticos investimentos neste domínio. Entre 2000 e 2008, o Grupo investiu mais de 278 milhões de euros em melhorias ambientais.

Segundo a Semapa, estes investimentos em melhorias reflectiram-se no consumo específico de água e na qualidade das águas residuais, conseguindo em 2008 uma diminuição de 5% nos consumos de água de todo o Grupo.

Em Março de 2008, entrou em funcionamento na fábrica da Figueira da Foz, o novo clarificador secundário que permitiu alargar o tratamento biológico existente ao efluente da fábrica de papel. Nas fábricas de Setúbal e Cacia, foram implementadas medidas de gestão no sentido de otimizar os circuitos das águas geradoras de melhorias na qualidade dos efluentes líquidos.

Em 2008, o Grupo prosseguiu trabalhos para cumprimento dos requisitos do regulamento europeu (REACH), relativo ao registo, avaliação e autorização de químicos, que visa assegurar elevados níveis de protecção da saúde humana e do ambiente aplicando-se às fábricas do Grupo, na vertente de produção e utilização de produtos químicos, e na vertente de produção de artigos (papel). Foi também dada sequência aos trabalhos preparatórios, realizados em conjunto com as empresas do sector a nível europeu, tendo em vista o registo dos químicos produzidos pelo Grupo. No âmbito da transposição para o direito português num projecto que envolveu a simulação na fábrica de pasta de Setúbal da aplicação deste regime jurídico a cenários de incidente com danos ambientais associados.

Foram realizadas acções que permitiram ao Grupo Secil o desempenho da sua actividade numa envolvente de crescente responsabilidade ambiental. Estas acções foram efectuadas para a obtenção de sistemas integrados de qualidade, ambiente e segurança envolvendo as unidades industriais em Portugal e o desenvolvimento de projectos relacionados com a protecção do meio ambiente.

A insistência verificada no sentido da introdução na União Europeia de taxas penalizadoras para as indústrias que tenham consumos energéticos significativos, sem que taxas equivalentes penalizem os fabricantes dos mesmos produtos fora da União, continua a preocupar o Conselho de Administração. Se não vier a existir um mecanismo equilibrador, como sejam taxas compensatórias incidindo sobre conteúdos energéticos de produtos vindos de terceiros países, criam-se condições para a deslocação da produção para fora da União Europeia, com consequências sociais significativas pela via da redução do volume de emprego e custos ambientais agravados com a poluição a nível mundial.

O Grupo no âmbito do desenvolvimento da sua actividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período. Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pelo Grupo, são capitalizados. Apresentam-se os dispêndios capitalizados e reconhecidos como gastos em 2008.

Domínios	Imputados a custos	Capitalizados	Total
Emissões para a atmosfera	1.249.720	1.146.490	2.396.210
Gestão das águas residuais	6.879	46.100	52.979
Gestão dos resíduos	458.338	5.411.167	5.869.505
Protecção dos solos e das águas subterrâneas	52.285	57.930	110.215
Protecção da natureza	319.397	1.122	320.519
Caldeira de recuperação	-	5.686.351	5.686.351
Tratamento de efluentes líquidos	7.691.153	1.116.938	8.808.091
Reciclagem de materiais	701.923	-	701.923
Rede de esgotos	287.436	-	287.436
Aterro de resíduos sólidos	137.620	-	137.620
Outras actividades de protecção do ambiente	77.424	1.626.865	1.704.289
	11.557.380	15.092.963	26.650.343

Em 2009, o arranque da nova fábrica de papel em Setúbal veio elevar a um patamar de excelência as preocupações do Grupo Portucel com o Ambiente, traduzidas numa multiplicidade de medidas dirigidas à melhoria da eficiência dos processos produtivos e ao uso racional dos recursos naturais.

As instalações fabris do Grupo evidenciaram em 2009 um desempenho positivo e sustentado em todos os indicadores de eco-eficiência, designadamente na redução do consumo de matérias-primas, água, energia e produtos químicos. O destaque vai para as melhorias obtidas ao nível das emissões para a água, que nos últimos 5 anos totalizaram reduções de cerca de 70% em matéria orgânica biodegradável e de cerca de 30% no caso de sólidos suspensos e fósforo.

Com a entrada em vigor de um novo decreto-lei sobre Responsabilidade Ambiental, o Grupo Portucel garantiu a cobertura, através de seguro, de eventuais danos causados às espécies e habitats naturais protegidos, água e solo, com vista a salvaguardar a reposição do estado inicial. No âmbito da segurança ambiental foi ainda desencadeado, em todas as fábricas do Grupo, um projecto de classificação de zonas de risco e de implementação de medidas de controlo segundo os princípios da directiva ATEX (aparelhos destinados a ser usados em atmosferas explosivas).

Na área da gestão de resíduos, o Grupo Portucel prosseguiu a aposta em 2009 na melhoria dos processos produtivos, tendo em mira objectivos de redução, reutilização e sobretudo de valorização energética. O Grupo deu também continuidade aos projectos de Investigação & Desenvolvimento em parceria com o Instituto RAIZ, envolvendo entidades potencialmente

utilizadoras de resíduos, com vista a promover a sua valorização como matéria-prima para outros processos.

Em termos de Sustentabilidade, privilegiam-se os conceitos de racionalização e respeito pelas expectativas das diferentes partes interessadas, nomeadamente a exploração mais racional dos recursos naturais utilizados (substituindo matérias-primas naturais e combustíveis fósseis por materiais alternativos), a maior eficiência energética e o forte apoio e participação das entidades locais nas actividades, numa política de acção social junto dos stakeholders.

As acções desenvolvidas neste âmbito foram particularmente significativas ao nível da unidade de negócio Portugal-Cimento merecendo especial destaque as seguintes:

- Publicação do Relatório de Sustentabilidade relativo à actividade desenvolvida no período de 2005 a 2009 que integra, pela primeira vez, as fábricas de cimento localizadas fora de Portugal;
- Aumento da utilização de combustíveis alternativos de 18%, em 2008, para 24%, em 2009;
- Redução da taxa de incorporação de clínquer no cimento de 74%, em 2008, para 73%, em 2009;
- As emissões de CO2 do conjunto das 3 fábricas portuguesas foram inferiores ao valor de licenças atribuídas;
- A fábrica Maceira-Liz obteve a licença de exploração que lhe permite alargar o âmbito dos combustíveis alternativos para além dos pneus usados, que valoriza desde 1986;
- Continuação do Projecto de Biodiversidade salientando-se o facto de a Secil ser das primeiras empresas cimenteiras a abordar a vertente da fauna de uma forma sistemática, planeada e científica.

Apresentam-se os dispêndios capitalizados e reconhecidos como gastos em 2009:

Domínios	Imputados a custos	Capitalizados	Total
Emissões para a atmosfera	1.223.689	696.203	1.919.892
Gestão das águas residuais	4.408	14.607	19.015
Gestão dos resíduos	590.963	1.857.675	2.448.638
Protecção dos solos e das águas subterrâneas	45.063	11.990	57.053
Protecção da natureza	437.140	199.044	636.184
Caldeira de recuperação	-	5.807.485	5.807.485
Tratamento de efluentes líquidos	2.800.820	93.640	2.894.460
Reciclagem de materiais	157.895	-	157.895
Rede de esgotos	247.900	-	247.900
Aterro de resíduos sólidos	611.152	-	611.152
Outras actividades de protecção do ambiente	287.479	215.047	482.525
	7.521.677	8.895.691	16.417.368

Em 2010, a Semapa refere que são poucas as indústrias que têm uma tão boa história de sustentabilidade para contar, como a indústria papelreira europeia em geral, e o Grupo Portucel em particular.

Isto porque, o Grupo Portucel tem uma actividade que se baseia numa matéria-prima renovável (a floresta plantada) e gerida de uma forma sustentável, produz energia a partir de fontes renováveis (sem emissões de CO₂ fóssil), reduziu de forma significativa as emissões líquidas e gasosas, minimizou a utilização de água, reutiliza e valoriza mais de 80% dos resíduos industriais produzidos, gera riqueza e bem-estar entre Colaboradores e restantes *stakeholders*, fabrica um produto amigo do ambiente.

É deste modo que o Grupo desenvolve um trabalho activo em prol do Desenvolvimento Sustentável e da sua promoção, sempre tendo em consideração os princípios da sua Política de Sustentabilidade que foi aprovada e publicada em Fevereiro de 2005.

O Grupo Portucel continua a participar no WBCSD – *World Business Council for Sustainable Development*, e este ano a presidência do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, organismo de que foi co-fundador em 2001.

A Política de Sustentabilidade constitui um forte compromisso, que envolve todas as áreas da Empresa. Uma das iniciativas do Grupo que merece aqui destaque refere-se à organização de um Seminário Internacional sobre Biodiversidade, que decorreu em Lisboa em Novembro de 2010, contando com a participação de especialistas mundiais na área da valorização e economia dos serviços que assentam nos ecossistemas.

O Grupo continua a contar com um Conselho Ambiental activo, constituído por cinco respeitados membros da Academia, abrangendo áreas científicas que vão da floresta à protecção ambiental, passando pela engenharia e pelo processo fabril.

Em 2010, o Grupo desenvolveu várias iniciativas no sentido de melhorar a eficiência dos seus processos produtivos, através do uso racional dos recursos naturais, mitigação dos impactos ambientais das suas unidades industriais, consciencialização e formação, procedimentos documentados, rotinas operacionais e exigências contratuais, além do investimento em infra-estruturas e equipamentos no sentido da utilização das Melhores Técnicas Disponíveis. Tudo isto conduziu a uma avaliação do desempenho ambiental positivo e sustentado de todas as instalações fabris do Grupo, como resultado do investimento efectuado foi também possível reduzir a emissão de partículas, SO₂ e CO₂.

A nova turbina a vapor para a central de cogeração a biomassa entrou em funcionamento na fábrica da Figueira da Foz em Setembro de 2010. Foi possível assim o arranque de duas novas centrais termoeléctricas a biomassa, em Cacia e Setúbal.

As emissões para a água apresentam nos últimos cinco anos uma redução de cerca de 40%, para sólidos suspensos e fósforo e cerca de 60% para a matéria orgânica biodegradável.

O Grupo continua a aposta na melhoria dos processos produtivos, tendo em vista a redução da produção reutilização e valorização de resíduos. Relativamente à I&D, tem sido dada continuidade aos projectos neste âmbito em parceria com o Instituto RAIZ e outras entidades.

Implementou-se o Regulamento REACH (*Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemicals*) e o Regulamento CE n.º 1907-2006 de 18 de Dezembro, que tem como objectivo responsabilizar a indústria relativamente à gestão dos riscos que as substâncias químicas podem representar para a saúde e meio ambiente.

Em termos de Sustentabilidade, o Grupo privilegia aspectos como a racionalização e respeito pelas expectativas das diferentes partes interessadas, nomeadamente a exploração mais racional dos recursos naturais utilizados, a maior eficiência energética e o forte apoio e participação das entidades locais nas actividades. Neste âmbito foram desenvolvidas acções, tais como:

- Aumento da utilização de combustíveis alternativos de 24%, em 2009, para 32%, em 2010, o que permitiu incrementar a substituição de combustíveis fósseis;
- A taxa de incorporação de clínquer no cimento aumentou ligeiramente para os 73%;
- Conseguiu-se uma redução do valor das emissões específicas de CO₂ de 660 para 647 Kg.

Foram realizadas acções que permitiram ao Grupo Secil o desempenho da sua actividade numa envolvente de crescente responsabilidade ambiental. Estas acções foram efectuadas para a obtenção de sistemas integrados de qualidade, ambiente e segurança envolvendo as unidades industriais em Portugal e o desenvolvimento de projectos relacionados com a protecção do meio ambiente.

É referido novamente que, a insistência verificada no sentido da introdução na União Europeia de taxas penalizadoras para as indústrias que tenham consumos energéticos significativos, sem que taxas equivalentes penalizem os fabricantes dos mesmos produtos fora da União, continua a preocupar o Conselho de Administração. Se não vier a existir um mecanismo equilibrador, como sejam taxas compensatórias incidindo sobre conteúdos energéticos de produtos vindos de terceiros países, criam-se condições para a deslocação da produção para fora da União Europeia, com consequências sociais significativas pela via da redução do volume de emprego e custos ambientais agravados com a poluição a nível mundial.

Apresentam-se os dispêndios capitalizados e reconhecidos como gastos em 2010.

Domínios	Imputados a custos	Capitalizados	Total
Emissões para a atmosfera	691.982	841.860	1.533.842
Gestão das águas residuais	9.567	24.770	34.337
Gestão dos resíduos	1.093.525	1.190.790	2.284.315
Protecção dos solos e das águas subterrâneas	1.025	165.364	166.389
Protecção da natureza	273.845	4.121	277.966
Gerador de caldeira a óleo	-	576.931	576.931
Tratamento de efluentes líquidos	7.543.581	18.731	7.562.312
Reciclagem de materiais	1.699.098	-	1.699.098
Despesas com electrofiltros	548.023	-	548.023
Rede de esgotos	103.150	-	103.150
Aterro de resíduos sólidos	286.241	-	286.241
Outras actividades de protecção do ambiente	647.856	161.861	809.717
	12.897.893	2.984.428	15.882.321

 O Grupo Semapa, divulga em 2008, 2009 e, 2010 dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros activos detidos pelo Grupo, são capitalizados.

 Refere que uma empresa do grupo, a Portucel, continua a participar no WBCSD.

 A Semapa refere no seu Relatório e Contas que implementou o Regulamento REACH.

 Sonae Indústria, SGPS, S.A.

A Sonae Indústria refere a publicação do 2º Relatório de Sustentabilidade, que assenta em quatro linhas orientadoras, tais como, a ambição, inovação, autenticidade e responsabilidade. Possuem uma Comissão de Responsabilidade Social e Ambiente (SREC)

 Não indica nos seus Relatórios e Contas de 2008, 2009 e, 2010 qualquer outra referência relevante para a matéria em estudo.

 Brisa

Em 2008, 2009 e, 2010 a Brisa menciona que considera que a promoção do Desenvolvimento Sustentável irá continuar a ser uma orientação estratégica na gestão de riscos e na criação de novas oportunidades, como o Programa Brisa pela Biodiversidade, que compreende seis projectos

que têm como objectivo a investigação e educação com instituições de referência, que se encontram a par do trabalho desenvolvido a nível interno no domínio da eficiência energética. Durante o ano de 2008, foram aprovados pelo Instituto de Infraestruturas Rodoviárias (InIR) e pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), os estudos e projectos para o desenvolvimento de três novas auto-estradas (A43 – Gondomar – Aguiar de Sousa (IC24), A41 – Picoto (IC2) – Nó da Ermida (IC25) e, A32 – Oliveira de Azeméis – IP1 (S. Lourenço), durante o ano de 2009 estes projectos encontravam-se em construção, e em 2010, é mencionado que se espera a abertura destas três novas auto-estradas em 2011.

A Brisa integra uma consolidada, a Brisa Engenharia e Gestão, cuja actividade é a de Gestão de Projectos de Engenharia, mantendo esta a certificação do Sistema de Gestão Integrado de Qualidade e Ambiente de acordo com as normas NP EN ISO 9001:2000 (norma referente a Sistemas de Gestão de Qualidade) e ISO 14001:2004 (norma referente ao Sistema de Gestão Ambiental).

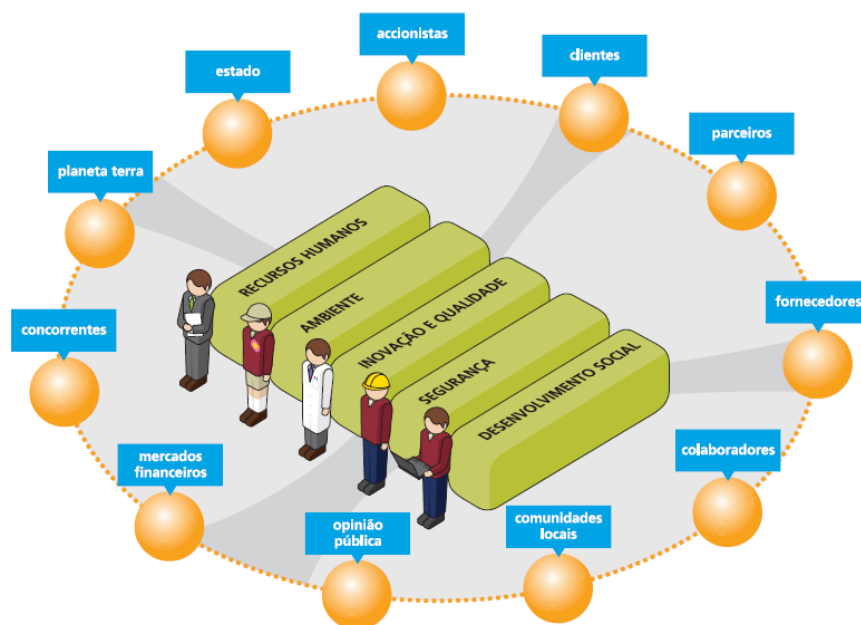
Nos anos de 2008, 2009 e, 2010 a Brisa refere que desde 2003 publica um Relatório Anual de Sustentabilidade, que visa a comunicação da sua política e a análise da sua performance nas vertentes económica, ambiental e social. Os Relatórios de Sustentabilidade de 2008, 2009 e, 2010, foram elaborados de acordo com as directrizes GRI 3, *Global Reporting Initiative* e, cujos indicadores são verificados externamente com a classificação GRI A+ *Third Party Checked*, o qual contém informação mais desenvolvida e detalhada sobre cada área considerada na estratégia de sustentabilidade. No Relatório de Sustentabilidade de 2009 e 2010 a Brisa comunica um conjunto de oito indicadores associados à sinistralidade, completados pelo histórico de cinco anos.

A Brisa tem participado em organizações como o BCSD Portugal (Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável), sendo presidente da mesma até Maio de 2010, e também no WBCSD.

Em 2010, a Brisa alcançou a tripla certificação em Inovação, Qualidade e Ambiente obtida pela Brisa Inovação e Tecnologia (BIT).

Ter os seus Relatórios de Sustentabilidade de acordo com as directrizes GRI 3, implica para a Brisa, a quantificação e qualificação dos impactos da sua actividade de construção e gestão de infra-estruturas. Deste modo, a Brisa identifica cinco vectores fundamentais que reflectem as áreas mais importantes de influência da actividade da empresa.

De acordo com a Brisa, os cinco vectores fundamentais para a Sustentabilidade são os representados no seguinte gráfico.



Relativamente ao Vector Ambiente, a Brisa refere que a componente ambiental é uma prioridade, pois devidamente desenvolvida contribui para a minimização do impacto da actividade da empresa nos ecossistemas. A 12 de Novembro de 2007, a Brisa formalizou uma Declaração de Política de Biodiversidade com o ICNB – Instituto para a Conservação da Natureza, que visa o desenvolvimento de uma nova estratégia e a concretização da mesma através de seis parcerias, que contemplam acções de investigação e de educação.

■ A Brisa divulga provisões nos seus Relatórios e Contas de 2008, 2009 e 2010, contudo estas revelam-se irrelevantes para a temática em estudo neste projecto.

■ Tem os seus Relatórios de Sustentabilidade dos anos 2008, 2009 e, 2010 elaborados de acordo com as directrizes da GRI 3, tendo a classificação GRI A+ *Third Party Checked*.

■ Faz parte de organizações, como a BCSD Portugal e, a WBCSD.

Cimpor

Em 2008, 2009 e, 2010 a Cimpor refere como um dos seus valores a integração harmoniosa no meio social e cultural envolvente, com base numa política activa de requalificação ambiental e de cooperação com as comunidades locais.

A Cimpor, para além dos diversos investimentos de sustentabilidade e de protecção do ambiente, procedeu à continuação da instalação de uma nova linha de produção de clínquer em Hasanoglan, cuja prevê-se concluída no final do mês de Setembro. Esta nova linha, permitirá o aumento da

capacidade de produção de cimento, com clínquer próprio, em cerca de um milhão de toneladas/ano

Os Relatórios de Sustentabilidade do Grupo Cimpor de 2008, 2009 e, 2010 foram elaborados de acordo com as directrizes da GRI – *Global Reporting Initiative*.

Relativamente ao Desenvolvimento Sustentável, a Cimpor apoia firmemente este conceito, procurando compatibilizar a excelência dos desempenhos técnico, económico e financeiro.

A Cimpor, refere nos seus Relatórios e Contas de 2008, 2009 e, 2010 que após a adesão ao WBCSD – *World Business Council for Sustainable Development* (Conselho Mundial de Empresas para o Desenvolvimento Sustentável), integrou o grupo das dez, de entre as principais empresas cimenteiras mundiais, que lançou o projecto designado por CSI – *Cement Sustainability Initiative* (Iniciativa para a Sustentabilidade do Cimento), e desde então tem vindo a participar activamente no desenvolvimento do mesmo, e em particular num plano de acção a cinco anos (*Our Agenda for Action*), lançado em Julho de 2002, onde se identificam para este sector de actividade seis grandes áreas-chave no progresso rumo a uma sociedade mais sustentável, tais como:

- Protecção climática e gestão das emissões de CO₂;
- Utilização responsável de matérias-primas e combustíveis;
- Segurança e saúde dos trabalhadores;
- Monitorização e divulgação das emissões;
- Impactos em termos do uso da terra e ao nível das comunidades locais;
- Reporting e comunicação.

Em 2008, foi preparado o relatório designado por *Getting the Numbers Right*, que tem em vista a inventariação das emissões de CO₂ da indústria cimenteira mundial, o que permite uma correcta avaliação do peso real desta indústria nas emissões globais de GEE (Gases com Efeito de Estufa).

Relativamente a provisões, a Cimpor identifica no âmbito da reconstituição ambiental, alguns terrenos utilizados em exploração de pedreiras que têm de ser sujeitos a reconstituição ambiental. São constituídas provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração. As provisões são registadas em simultâneo com um acréscimo ao valor do activo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística, sendo reconhecidas em resultados na medida da depreciação dos activos.

Relativamente a provisões em 2008, a Cimpor divulga os seguintes valores:

	2008
Provisões não correntes:	
Provisões para riscos legais e fiscais	59.842
Provisões para recuperação paisagística	45.901
Provisões para benefícios aos empregados e outras para o pessoal	23.101
Outras provisões para riscos e encargos	40.172
	<u>169.017</u>
Provisões correntes:	
Provisões para recuperação paisagística	250
Provisões para benefícios aos empregados e outras para o pessoal	5.637
Outras provisões para riscos e encargos	938
	<u>6.824</u>
	<u>175.841</u>

Em 2009, a Cimpor divulga os seguintes valores:

	2009	2008
Provisões não correntes:		
Provisões para riscos fiscais	65.248	59.842
Provisões para recuperação paisagística	38.773	45.901
Provisões para responsabilidades com o pessoal	8.358	6.459
Outras provisões para riscos e encargos	41.325	40.172
	<u>153.704</u>	<u>152.374</u>
Provisões correntes:		
Provisões para recuperação paisagística	250	250
Provisões para responsabilidades com o pessoal	214	952
Outras provisões para riscos e encargos	498	938
	<u>962</u>	<u>2.140</u>
	<u>154.667</u>	<u>154.514</u>

E em 2010, a Cimpor divulga os seguintes valores:

	Grupo		Empresa	
	2010	2009	2010	2009
Provisões não correntes:				
Provisões para riscos fiscais	71.893	65.248	59.900	54.164
Provisões para recuperação paisagística	43.149	38.773	-	-
Provisões com o pessoal	11.612	8.358	-	-
Outras provisões para riscos e encargos	44.175	41.325	31	31
	<u>170.828</u>	<u>153.704</u>	<u>59.931</u>	<u>54.195</u>
Provisões correntes:				
Provisões para recuperação paisagística	300	250	-	-
Provisões com o pessoal	223	214	-	-
Outras provisões para riscos e encargos	578	498	-	-
	<u>1.101</u>	<u>962</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>171.929</u>	<u>154.667</u>	<u>59.931</u>	<u>54.195</u>

Em termos de variação, tem-se em 2008:

	Provisões para riscos fiscais	Provisões para recuperação paisagística	Provisões para benefícios aos empregados e outras para o pessoal	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2007	99.722	38.327	33.564	14.245	185.858
Alterações de perímetro	19	3.405	3.000	326	6.750
Efeito da conversão cambial	(831)	1.299	205	520	1.192
Reforços	4.062	2.843	1.911	14.396	23.213
Reversões	(86)	(1)	(5.647)	(5.025)	(10.759)
Utilizações	(30)	(616)	(6.088)	(2.219)	(8.953)
Transferências	92	(18)	-	15.818	15.891
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	102.947	45.239	26.946	38.061	213.192
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	144	131	4.523	4.799
Efeito da conversão cambial	581	(5.112)	(1.446)	(4.989)	(10.965)
Reforços	6.196	6.448	11.985	9.976	34.605
Reversões	(49.877)	(6)	(3.929)	(3.636)	(57.448)
Utilizações	(5)	(577)	(5.496)	(3.137)	(9.215)
Transferências	-	15	548	312	874
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	59.842	46.151	28.738	41.110	175.841

Em 2009, tem-se:

	Provisões para riscos fiscais	Provisões para recuperação paisagística	Provisões para responsabilidades com o pessoal	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2008	102.947	45.239	7.857	38.061	194.103
Alterações de perímetro	-	144	-	4.523	4.667
Efeito da conversão cambial	581	(5.112)	(1.188)	(4.989)	(10.707)
Reforços	6.196	6.448	3.286	9.976	25.906
Reversões	(49.877)	(6)	(1.328)	(3.636)	(54.847)
Utilizações	(5)	(577)	(890)	(3.137)	(4.609)
Transferências	-	15	(326)	312	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	59.842	46.151	7.411	41.110	154.514
Efeito da conversão cambial	(291)	2.957	454	5.320	8.440
Reforços	5.739	6.907	730	2.984	16.359
Reversões	-	(16.497)	(75)	(2.343)	(18.915)
Utilizações	(43)	(449)	(7)	(5.856)	(6.355)
Transferências	-	(45)	61	609	624
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	65.248	39.023	8.572	41.823	154.667

E em 2010, tem-se:

	Provisões para riscos fiscais	Provisões para recuperação paisagística	Provisões com o pessoal	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2009	59.842	46.151	7.411	41.110	154.514
Efeito da conversão cambial	(291)	2.957	454	5.320	8.440
Reforços	5.739	6.907	730	2.984	16.359
Reversões	-	(16.497)	(75)	(2.343)	(18.915)
Utilizações	(43)	(449)	(7)	(5.856)	(6.355)
Transferências	-	(45)	61	609	624
Saldo em 1 de Janeiro de 2010	65.248	39.023	8.572	41.823	154.667
Alterações de perímetro	-	2.116	-	418	2.534
Efeito da conversão cambial	192	1.300	378	3.441	5.311
Reforços	6.464	2.452	3.296	6.983	19.194
Reversões	-	(488)	(997)	(4.148)	(5.632)
Utilizações	(21)	(811)	(70)	(3.740)	(4.642)
Transferências	10	(143)	655	(25)	497
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	71.893	43.449	11.835	44.753	171.929

As provisões para recuperação paisagística representam a obrigação legal ou implícita do Grupo na reabilitação das diversas áreas de exploração. A exigibilidade deste passivo depende do período de exploração e do início estabelecido para o começo dos respectivos trabalhos.

 A Cimpor divulga provisões nos seus Relatórios e Contas de 2008, 2009 e 2010, relativas a recuperação paisagística, no âmbito da reconstituição ambiental de áreas em exploração.

 Os Relatórios de Sustentabilidade do Grupo Cimpor de 2008, 2009 e, 2010 foram elaborados de acordo com as directrizes da GRI.

 Em 2008, foi preparado o relatório designado por *Getting the Numbers Right*, com o objectivo da inventariação das emissões de CO₂ da indústria cimenteira mundial, permitindo uma correcta avaliação do peso real desta indústria nas emissões globais de GEE.

 Após a adesão ao WBCSD – *World Business Council for Sustainable Development* (Conselho Mundial de Empresas para o Desenvolvimento Sustentável), a Cimpor integrou o grupo das dez, de entre as principais empresas cimenteiras mundiais, que lançou o projecto designado por CSI.

Grupo EDP

Em 2009, o Grupo EDP evidencia provisões para fazer face aos custos com a reposição e descontaminação de terrenos onde se encontram localizados os centros electroprodutores, cujo valor em 31 de Dezembro de 2009 ascende a 12.154 milhões de Euros e 5.831 milhares de Euros para os parques electroprodutores térmicos sedeados em Portugal e Espanha. Estas provisões foram calculadas com base no valor actual das responsabilidades futuras e registadas por contrapartida de um aumento dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizados pelo período de vida útil média esperada desses activos.

	Grupo	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Protecção do ar e do clima	9.582	15.196
Protecção dos solos, águas subterrâneas e superficiais	3.635	2.894
Gestão de resíduos	3.477	6.731
Protecção da biodiversidade e paisagem	2.765	1.394
Gestão de águas residuais	1.577	-
Investigação e Desenvolvimento na área do ambiente	106	2.420
Redução de ruído e radiações	296	-
Outras actividades de gestão e protecção do ambiente	10.747	2.521
Outras despesas	43	1.113
	<u>32.228</u>	<u>32.269</u>

O Grupo EDP refere que as despesas de carácter ambiental são registadas e incorridas para evitar, reduzir ou reparar danos de carácter ambiental, que decorram da actividade normal da empresa, sendo registadas nos custos do exercício, excepto se se qualificarem para reconhecimento como um activo, conforme determinado pelo IAS 16.

Em 2010, o Grupo EDP não reconhece qualquer investimento de carácter ambiental em activos fixos tangíveis, ao contrário do que se verifica nos exercícios de 2008 e 2009. Estes investimentos decompõem-se como segue:

	Grupo	
	Dez 2009 Euro'000	Dez 2008 Euro'000
Protecção do ar e do clima	59.062	93.052
Protecção da biodiversidade e paisagem	16.150	20.555
Gestão de resíduos	1.485	8.876
Investigação e Desenvolvimento na área do ambiente	-	1.197
Protecção dos solos, águas subterrâneas e superficiais	1.104	1.596
Gestão de águas residuais	1.403	112
Redução de ruído e radiações	27	607
Outras actividades de gestão e protecção do ambiente	7.439	5.518
	<u>86.670</u>	<u>131.513</u>

A rubrica “Protecção do ar e do clima” inclui 51.628 milhões de Euros de custos incorridos pela EDP Produção, que se referem a equipamentos de dessulfuração de fumos e desnitrificação da central termoelectrica de Sines que, a 31 de Dezembro de 2009 apresentam um valor líquido contabilístico de aproximadamente 249 milhões de Euros.

Em 2009, o Grupo EDP incorreu em custos com multas e outras penalidades por incumprimento da regulamentação ambiental no valor de 29 milhares de Euros.

Os proveitos ambientais reconhecidos em 2009 são referentes à venda de subprodutos de natureza ambiental no valor de 5.510 milhares de Euros, venda de resíduos de natureza ambiental no valor de 4.967 milhares de Euros e, 1.043 milhares de Euros provenientes de incentivos públicos relacionados com protecção ambiental.

Os conteúdos do Relatório e Contas de 2009 da EDP foram elaborados considerando a orientação da *Global Reporting Initiative*.

A EDP procura a excelência do desempenho, prosseguindo com a sua estratégia para o sucesso sustentado. Para a EDP, o desempenho alcançado nas três frentes do Desenvolvimento Sustentável – económico, ambiental e social, foi objecto de diversos e importantes reconhecimentos, alcançando em 2010 a liderança mundial do sector eléctrico nos índices *Dow Jones* de Sustentabilidade.

A EDP procura seguir cinco linhas condutoras para a gestão até 2012, concretizadas através de um Plano Operacional de Sustentabilidade do Ambiente, estabelecido anualmente, e baseados no modelo dos Índices *Dow Jones* de Sustentabilidade (DJSI), que são as seguintes:

- Aprofundar a integração da Sustentabilidade e da Gestão Ambiental nos sistemas de gestão e de controlo do Grupo;
- Identificar as melhores práticas e promover parcerias internas e externas;
- Reforçar competências em matéria de gestão da responsabilidade e do risco ambiental;
- Desenvolver uma cultura empresarial de excelência de desempenho em sustentabilidade;
- Alargar, aos diversos *stakeholders*, a aplicação de instrumentos de recolha de expectativas e de avaliação do desempenho do Grupo.

O Grupo EDP assume o compromisso de procurar uma relação aberta, transparente e de confiança com os seus *stakeholders*, conforme estabelecido nos Princípios de Desenvolvimento Sustentável, das seguintes formas:

- Reforço dos canais de comunicação;
- Integração das expectativas dos *stakeholders* nos seus processos de decisão;
- Relato objectivo e credível do seu desempenho nos três pilares de sustentabilidade.

Foram identificados pelo Grupo EDP possíveis danos ambientais, tais como, a deterioração dos recursos energéticos e materiais, emissão de gases de efeito de estufa, outras emissões atmosféricas, stress hídrico, emissão de efluentes líquidos poluentes, produção, armazenamento, transporte e destino final de resíduos sólidos perigosos, derrames de substâncias perigosas, perda de biodiversidade, para tais danos o Grupo EDP identifica também a legislação pela qual se deve reger para todos estes casos, tais como, *Global Compact*, Código de Ética EDP, Condições Gerais de Compra, Política de Ambiente e, Política de Biodiversidade.

Na Política de Ambiente, a EDP refere a sua ambição em ser líder de referência na gestão ambiental das suas actividades, para tal a melhoria contínua na gestão ambiental é promovida pelos registos voluntários EMAS, pela manutenção dos Sistemas de Gestão Ambiental de acordo com a ISO 14001:2004 e pelo Sistema de Gestão Ambiental Corporativo (SIGAC), implementado e certificado com referência à mesma norma, o qual tem como âmbito a “gestão corporativa das políticas ambientais e dos planos estratégicos de ambiente, da informação ambiental e do desempenho ambiental das organizações do Grupo EDP”. O conjunto destes sistemas permite à EDP, o correcto enquadramento e reforça o seu compromisso em integrar os aspectos ambientais significativos em todos os processos de planeamento e tomada de decisão nos diferentes níveis da organização, designadamente no que respeita à sua avaliação, controlo e minimização. Actualmente a EDP apresenta sistemas de gestão ambiental certificados de acordo com a ISO 14001:2004 que abrangem 106 instalações de produção de electricidade.

A EDP tem implementado a instalação de um sistema de desnitrificação catalítica dos gases de combustão na Central de Sines.

Relativamente a incidentes ambientais, a EDP refere a ocorrência de cerca de 245 pequenos derrames de óleo de transformados de potência, estimando-se um total de 200 m³ de óleo derramado.

A EDP incorreu em gastos ambientais para evitar, reparar ou minimizar os danos ambientais num montante de cerca de 98 milhões de euros. O investimento ambiental foi de 75 milhões de euros, bem como cerca de 56 milhões de euros para minimizar os efeitos da poluição atmosférica, e cerca de 20 milhões de euros para reduzir os impactos sobre a biodiversidade e paisagem. Já em termos de receitas, conseguiu-se o valor de 6 milhões de euros provenientes da venda de resíduos e subprodutos.

Relativamente ao montante de 76.392 milhares de euros em 2010 (78.693 milhares de euros em 2009) registado na rubrica Provisões para processos judiciais em curso, parte desse montante respeita a indemnizações por incêndios e outros danos causados.

Relativamente a incidentes ambientais, a EDP Renováveis refere a ocorrência de 12 pequenos derrames, que originaram cerca de 1,5 m³ de óleo derramado.

Relativamente aos incidentes ambientais do Grupo EDP e da EDP Renováveis, é mencionado que foi efectuada a limpeza, bem como a remoção de resíduos para posterior tratamento.

 No Relatório e Contas de 2008 do Grupo EDP, não são apresentadas informações consideradas relevantes para a temática em estudo.

 O Grupo EDP divulga provisões face aos custos com a reposição e descontaminação de terrenos onde se encontram localizados os centros electroprodutores.

 O Grupo EDP incorreu durante o ano de 2009, em custos com multas e outras penalidades por incumprimento da regulamentação ambiental, e em gastos ambientais para evitar, reparar ou minimizar danos ambientais, efectuou um investimento ambiental para minimizar os efeitos da poluição atmosférica e reduzir os impactos sobre a biodiversidade e paisagem.

 Os conteúdos dos seus Relatórios e Contas de 2009 e, 2010 foram elaborados de acordo com as directrizes da GRI.

EDP Renováveis

Em 2008, a EDP Renováveis identifica despesas que incorreram para evitar reduzir ou reparar os danos no meio ambiente que resultaram da actividade normal do Grupo. Estas despesas foram

reconhecidas de acordo com a IAS 16, e em 2008 encontram-se registadas pelo valor de 783.000 euros.

Foram efectuadas provisões no valor de 47.311.000 euros para possíveis responsabilidades relacionadas com o restauro de propriedades.

A EDP Renováveis refere que reconhece que ao longo dos anos se tem verificado uma maior preocupação pela preservação do ambiente. A 9 de Maio de 1992, 154 países juntaram-se à *United Nations' Framework Convention on Climate Change* ("UNFCCC"), também conhecida por Copenhagen Summit, que acabou por entrar em vigor a 21 de Março de 1994. O Objectivo da UNFCCC é o de alcançar uma forma de estabilizar a concentração de gás na atmosfera, de modo a prevenir uma catástrofe mundial. A 11 de Dezembro de 1997, a maioria dos países (Estados Unidos, China, Índia, África do Sul, e Brasil) que pertenciam à UNFCCC assinaram o Protocolo de Kyoto, que entrou em vigor a 16 de Fevereiro de 2005. O Protocolo de Kyoto estabelece limites para a emissão de dióxido de carbono e outros gases, no âmbito de um esforço para a redução da emissão de gases para a atmosfera, e estabelece penalizações para as nações que excederem esses limites.

Para o desenvolvimento da sua actividade a EDP Renováveis necessita de estudos sobre o impacto ambiental que os seus projectos podem vir a causar. Uma vez que a protecção do ambiente é um pilar fundamental na sua actividade, tentam respeitar a legislação ambiental com vista ao desenvolvimento sustentável.

A EDP Renováveis, está focada em esforços diários para identificar os impactos ambientais para todas as suas actividades. Desde o desenvolvimento do projecto à construção, a EDP Renováveis efectua vários estudos de viabilidade ambiental, bem como estudos sobre os impactos ambientais.

A filosofia da EDP Renováveis encontra-se muito virada para o desenvolvimento sustentável e na melhoria das práticas ambientais em todas as suas actividades. Deste modo, foi implementado um Sistema de Gestão Ambiental, que está em processo de implementação nas plataformas da Europa e da América do Norte. Este Sistema de Gestão Ambiental tem como objectivo simular as práticas de bom ambiente focado na protecção dos recursos naturais e desperdícios.

Para a plataforma da Europa, está prevista a certificação ISO 14001 até ao final de 2008, em 2009 esta certificação foi renovada, e obtida para 5 novos parques eólicos.

Para a plataforma da América do Norte, está prevista a implementação das normas em estudo para a protecção da vida selvagem, com o objectivo de evitar impactos não amigos do ambiente, quando não for possível evitar impactos no ambiente, pelo menos tentar minimizar esses impactos. Em 2009, o Sistema de Gestão Ambiental encontra-se em desenvolvimento.

Foram adquiridos bens para, minimizar o impacto ambiental da sua actividade, protecção e melhoria do ambiente, incluindo a redução e eliminação de poluições futuras das actividades da empresa. Estes bens foram reconhecidos como propriedade e equipamento no balanço.

Relativamente a despesas, os valores mencionados anteriormente derivam da gestão dos efeitos ambientais das actividades da empresa, incluem assim as despesas incorridas para a prevenção da poluição causada pelas actividades da empresa, e para o tratamento de resíduos, descontaminações, gestão ambiental, e auditoria ambiental. Estas despesas são reconhecidas no período em que ocorrem.

Em termos de provisões, são efectuadas pela empresa quando esta reconhece que existe a probabilidade de incorrer em exfluxos futuros mas o valor e o momento são desconhecidos.

A EDP Renováveis, acredita que a protecção do ambiente e da comunidade é fundamental para alcançar os objectivos de negócio. Neste sentido, em 2009, a empresa gastou um total de 8,5 milhões de euros em medidas de protecção do ambiente e na alocação de pessoal dedicado para a gestão de actividades para a protecção do ambiente. Também bastante dedicada ao desenvolvimento de energias renováveis, o que a torna menos dependente de combustíveis fósseis.

 Em 2008, a EDP Renováveis identifica despesas que incorreram para evitar reduzir ou reparar os danos no meio ambiente que resultaram da actividade normal do Grupo, estas despesas foram reconhecidas de acordo com a IAS 16, foram também efectuadas provisões para possíveis responsabilidades relacionadas com o restauro de propriedades.

Galp Energia

Foi iniciado um projecto ambicioso para a produção de biodiesel para incorporação nos combustíveis, assim será possível garantir a sustentabilidade ambiental e social dos projectos agrícolas e maximizar a reduções de emissões ao longo do ciclo de vida do produto.

A Galp identifica a possibilidade de ocorrência de danos ao ambiente, e tem em vista procurar soluções para a emissão de CO₂, desta forma tem elaborada uma Política de Ambiente.

Encontra-se empenhada em contribuir para o desenvolvimento sustentável, e está consciente da sua responsabilidade na gestão dos efeitos das suas actividades, produtos e serviços na sociedade em que se insere.

Em 2008, concluiu-se o processo de avaliação do impacto ambiental dos projectos de conversão das refinarias, tendo-se constatado que estes projectos não comportam acréscimos significativos de risco face às situações actuais.

A Galp aprovou, ao mais alto nível, o programa de auditorias de ambiente, qualidade e segurança de 2008, tendo sido realizadas 49 auditorias (em 2009, 50 auditorias).

A Galp Energia, empenha-se em projectos que contribuam para a sustentabilidade energética e ambiental através do investimento no desenvolvimento de soluções de energias renováveis.

Em 2008, o montante de 8.839 Euros registado na rubrica de provisões para meio ambiente, são para fazer face aos custos associados com descontaminação de solos de algumas instalações ocupadas pelo Grupo onde já se tomou a decisão de descontaminação por obrigatoriedade legal.

Em 2009, o montante de 4.625 Euros registado na rubrica de provisões para meio ambiente, são para fazer face aos custos associados com descontaminação de solos de algumas instalações ocupadas pelo Grupo onde já se tomou a decisão de descontaminação por obrigatoriedade legal. A variação de 2008 para 2009, deve-se à anulação da provisão para descontaminação de solos do parque de Sacavém em virtude de ter sido efectuada uma avaliação externa do terreno e se ter constatado que o mesmo apresenta um valor superior aos custos associados com a descontaminação e respectivo valor líquido contabilístico.

Em 2010, o montante de 4.431 Euros registado na rubrica de provisões para meio ambiente, são para fazer face aos custos associados com descontaminação de solos de algumas instalações ocupadas pelo Grupo onde já se tomou a decisão de descontaminação por obrigatoriedade legal.

 Em 2008, 2009 e, 2010 a Galp Energia tem registado na rubrica de provisões para meio ambiente, montantes para fazer face aos custos associados com descontaminação de solos de algumas instalações ocupadas pelo Grupo onde já se tomou a decisão de descontaminação por obrigatoriedade legal. De 2008 para 2009 houve uma variação, que deve-se à anulação da provisão para descontaminação de solos do parque de Sacavém em virtude de ter sido efectuada uma avaliação externa do terreno e se ter constatado que o mesmo apresenta um valor superior aos custos associados com a descontaminação e respectivo valor líquido contabilístico.

 Portucel, S.A.

Para o Grupo Portucel, a maior ameaça à sustentabilidade da fileira florestal do eucalipto reside na floresta portuguesa, deste modo, e por os riscos ambientais serem alvo de particular atenção por

parte do Conselho de Administração criou-se um Conselho Ambiental para fazer o acompanhamento e dar parecer sobre aspectos ambientais da actividade da empresa.

 Não indica nos seus Relatórios e Contas de 2008, 2009 e, 2010 qualquer outra referência relevante para a matéria em estudo.

Sonae

A Sonae apresentou desempenhos positivos em termos de rentabilidade, progressos sociais alcançados através do apoio à comunidade, ao ambiente e às preocupações de Governança Corporativa. Os impactos económicos, sociais e ambientais do Grupo conduziram à integração progressiva no modelo de gestão da Sonae de uma política de sustentabilidade e à sua implementação por todas as unidades de negócio. O crescimento económico foi sempre acompanhado por um envolvimento activo nas discussões internacionais de assuntos relacionados com o desenvolvimento sustentável, pela participação em organizações internacionais de relevo e pela aderência aos seus princípios.

Este compromisso para com os princípios de desenvolvimento sustentável é visível no facto de a Sonae ter sido, em 1995, uma das primeiras empresas portuguesas a aderir ao Conselho Mundial de Negócios para o Desenvolvimento Sustentável (*World Business Council for Sustainable Development*) e ter sido também um dos fundadores do Conselho de Negócios para o Desenvolvimento Sustentável (*Business Council for Sustainable Development*), em 2001. Em 2004, a Sonae aderiu aos dez princípios do Global Compact das Nações Unidas, o qual exige a adopção de um conjunto de valores relacionados com os direitos humanos, as condições laborais, o ambiente e o combate à corrupção. Deste modo, a Sonae implementou uma série de políticas e processos que permitem minimizar o impacto do Grupo no ambiente, bem como adoptou diversas iniciativas de cariz social no sentido de mitigar o impacto dos problemas sociais existentes nos países nos quais opera. Por esta razão, a gestão de risco de assuntos sociais e ambientais é considerada como um elemento chave da estratégia de sustentabilidade da Sonae, sendo aplicada a todos os processos de gestão e considerada uma responsabilidade inerente a todos os colaboradores. É através do processo de gestão de risco que a Sonae controla as incertezas e ameaças, que possam impactar os seus negócios, com o objectivo de criar valor. A metodologia utilizada neste processo é baseada em regras internacionais, nomeadamente na Gestão de Riscos Empresariais, *Integrated Framework of the Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*.

A Sonae é um Grupo ambientalmente consciente, e como tal, implementou políticas ambientais e adaptou os seus produtos, serviços, infra-estruturas e instalações de modo a minimizar o seu impacto no ambiente, tais como:

- Implementação de várias medidas para quantificar e monitorizar o desempenho ambiental;
- Desenvolvimento de processos para identificar e tomar todas as medidas necessárias ao cumprimento da nova legislação ambiental;
- Publicação de relatórios de sustentabilidade, incluindo indicadores ambientais chave e boletins ecológicos, disponíveis em versão impressa on-line para todos os colaboradores do Grupo, de modo a aumentar a sua sensibilidade ambiental e encorajar a adopção das melhores práticas;
- Organização de workshops, conferências e programas internos de eco-eficiência destinados a: identificar e reconhecer problemas ambientais em todas as instalações, actividades e produtos; encorajar a eco-eficiência em todo o Grupo; partilhar informação, experiências e melhores práticas em todo o Grupo; e desafiar as subholdings no sentido de agirem sobre os problemas ambientais.

Em 2010, a Sonae refere que, como sociedade precisam de alterar a sua atitude relativamente às questões ambientais, e procuram novas formas de fazer mais pelo ambiente, ao implementar orientações de cariz ambiental ao longo de toda a organização, ao investir em tecnologias mais amigas do ambiente, motivam a equipa para apresentar novas ideias eco-eficientes. A sustentabilidade está no centro da sua missão, desde que se estabeleceram que sabem que o sucesso só pode ser atingido com pensamento no futuro, e sempre se focaram em criar fundações sólidas para um caminho sustentável para o sucesso. O seu compromisso com a sustentabilidade levou-os a implementar as melhores políticas e práticas. Efectuam a gestão do risco de impactos sociais e ambientais baseado na *Integrated Framework of the Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, com base nesta estratégia é possível monitorizar continuamente incertezas e ameaças que podem impactar nas suas actividades. Sendo um global player, a Sonae enfrenta o desafio de implementar boas políticas de governo ao longo de um grande conjunto de enquadramentos económicos, sociais e culturais. Em 2010, em conjunto com o reforço de iniciativas anteriores, aderiram ao *Global Business Oath*, promovido pela *Young Global Leaders do World Economic Forum* e também organizaram o primeiro fórum de sustentabilidade – *Sonae for the Better*.

A Sonae é uma organização responsável do ponto de vista ambiental e está continuamente em busca de vias para melhorar as suas orientações de gestão ambiental. A sensibilização para os problemas ambientais tem levado à definição de políticas e procedimentos formais que resultaram na melhoria significativa do desempenho ambiental da Sonae. Atingiram um desempenho ambiental notável, devido à implementação de políticas de gestão ambiental dinâmicas e agressivas e continuam a avaliar o impacto ambiental e convidam a comunidade a avaliar e

partilhar os esforços através da publicação de relatórios ambientais e da organização de workshops, conferências e programas internos de eco-eficiência. Com o objectivo de proteger o ambiente, prosseguem com a sua política de investimento em tecnologias amigas do ambiente, monitorizam continuamente as áreas de negócio com impacto particular no ambiente, reforçaram algumas medidas, relativamente à eficiência no consumo de electricidade e água, bem como a optimização da sua rede de transporte, aumentando a sua eficiência e reduzindo o seu impacto ambiental.

Relativamente aos riscos ambientais, foram obtidas várias certificações ambientais, foram prosseguidas as auditorias e implementadas as acções de melhoria, no âmbito dos processos de Gestão Ambiental das subholdings do Grupo. É o Sistema de Gestão Ambiental (certificado pela norma NP EN ISO 14001 desde 2003) da Sonae Sierra que cobre estes riscos em todas as actividades da Empresa. Em 2010, manteve-se a certificação corporativa do Sistema de Gestão de acordo com o ISO 14001 pela *Lloyds Register Quality Assurance*, também o Centro Comercial *Münster Arkaden* e o escritório de *Dusseldorf*.

 Não divulga quaisquer provisões, dispêndios ou gastos relacionados com a temática ambiental.

 Foi uma das primeiras empresas portuguesas a aderir WBCSD e um dos fundadores do BCSD, em 2001. Aderiu em 2004 aos dez princípios do *Global Compact* das Nações Unidas, que exige a adopção de um conjunto de valores relacionados com os direitos humanos, as condições laborais, o ambiente e o combate à corrupção.

Sonaecom

Em 2008, a Sonaecom refere a continuação de esforços para minimizar o impacto das suas actividades no ambiente, com um estudo para quantificar a pegada de carbono. Refere o patrocínio a um *follow-up* regional ao relatório internacional SMART 2020 do *Climate Group* sobre a criação de uma economia global de baixo carbono.

Em 2009, a Sonaecom renovou pela segunda vez a certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental em conformidade com os requisitos da Norma ISO 14001. Desde 2003 que os esforços para a melhoria do desempenho ambiental têm vindo a ser reconhecidos pela APCER.

Como referido em 2008, devido à continuação de esforços para minimizar o impacto das suas actividades no ambiente, tornou-se possível em 2009 caracterizar as principais fontes de emissões, bem como a definição de fronteiras organizacionais e operacionais, e o estabelecimento

de um sistema de recolha de informação. Derivado deste processo resultou um Plano de Acção e de Comunicação para a Gestão do Carbono, que a Sonaecom pretende ver implementado ao longo dos próximos anos.

Em 2010, a Sonaecom publicou o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade nível A+, de acordo com as directrizes GRI. A preparação deste relatório teve por base das directrizes da terceira geração da *Global Reporting Initiative (G3/GRI)*.

A Soneacom viu renovada a certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental em conformidade com os requisitos da Norma ISO 14001.

Foi desenvolvida a marca *Optimus Green Life*, que destaca as questões ambientais dos seus produtos e torna pública a sua responsabilidade social.

Foi efectuada a segunda medição de emissões de carbono, tornando a Sonaecom mais confiante no controlo das principais fontes de emissões de gases com efeito de estufa e foi possível a sensibilização de todos os *stakeholders* para as questões de mudança climática, eficiência energética e redução de emissões de gases com efeito de estufa.

 Não divulga quaisquer provisões, dispêndios ou gastos relacionados com a temática ambiental.

 O Relatório e Contas de 2010, foi elaborado de acordo com as directrizes GRI, obtendo a classificação A+.

 Teixeira Duarte

A Teixeira Duarte, refere que em 2010 prosseguiram os esforços para a obtenção, acompanhamento ou renovação de certificações dos Sistemas de Gestão das várias empresas do grupo, nas áreas da Segurança, Qualidade, Ambiente, Responsabilidade Social, Investigação, Desenvolvimento e Inovação.

Deste modo, o Grupo pretende prosseguir o desenvolvimento do conceito de Sustentabilidade, o que implica a optimização de procedimentos nas suas várias vertentes e a sistematização pelas diversas estruturas que integram as empresas do Grupo, e por sua vez permitirá que se possa vir a ter um relatório de sustentabilidade próprio.

■ Não indica nos seus Relatórios e Contas de 2008, 2009 e, 2010 qualquer outra referência relevante para a matéria em estudo.

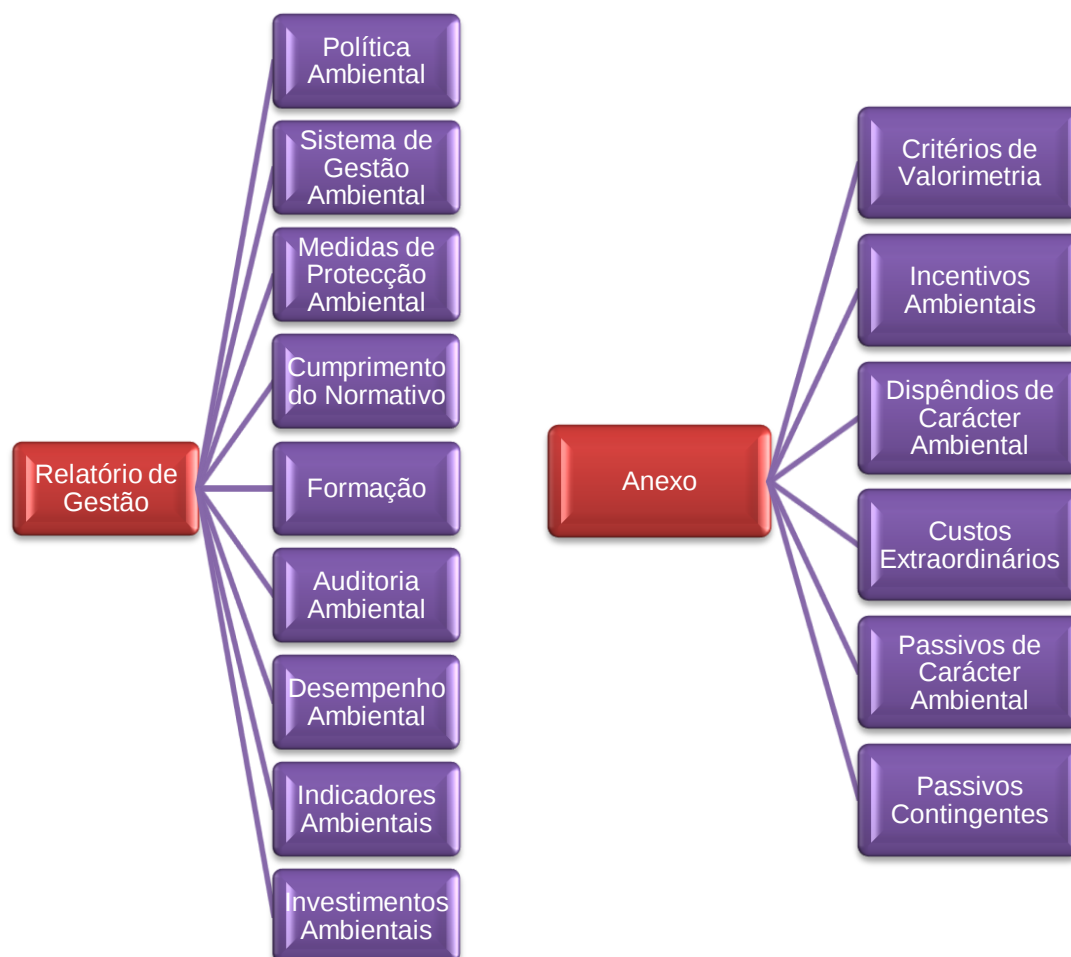
4.3. ÍNDICE DE DIVULGAÇÃO AMBIENTAL

Seguidamente irá ser apresentado o grau de divulgação de informação ambiental das empresas em estudo. Este Índice foi elaborado com base na transformação da informação qualitativa em quantitativa, tornando-se assim um índice que permitirá uma análise em termos comparativos bem como a medição da extensão da divulgação da informação ambiental e, uma conclusão. Tem por base a metodologia de Archel Domench e Lizarraga Dallo (2001) e Archel Domench (2003).

Como já referido, este índice irá basear-se na metodologia de Archel Domench e Lizarraga Dallo (2001) e Archel Domench (2003), se bem que com algumas alterações de forma a adaptar-se de forma mais adequada e eficiente à realidade dos Relatórios e Contas das empresas do PSI-20.

Para o Cálculo deste Índice, é necessária a identificação dos elementos que irão ser analisados, tendo por base a metodologia de Gray et al., 1995b; Hackston e Milne, 1996; Archel Domench e Lizarraga Dallo, 2001, Archel Domench, 2003) bem como na NCRF 26.

Apresentam-se em seguida os 15 Elementos de Informação Ambiental:



Perfazendo assim um total de 15 elementos que irão servir de base ao cálculo do Índice de Divulgação Ambiental (IDA).

A fórmula utilizada para o Cálculo deste Índice será:

$$IDA_i = \sum_{j=1}^e e_j / e$$

Considerando:

e_j = Variável dicotômica (*dummy*), com valor 1 se a empresa divulga informação acerca do elemento variável (considera-se como elemento variável, a referência a matérias ambientais), e valor 0 se a empresa não divulga informação acerca do elemento variável.

e = Número máximo de elementos, irão ser utilizados os 15 elementos de informação ambiental.

Pressupostos

Será atribuído o valor 1 à variável e_j sempre que a empresa em estudo referir-se às 15 variáveis em estudo, por exemplo, se a empresa referir no seu Relatório e Contas que possui um Sistema de Gestão Ambiental, ser-lhe-á atribuído 1 valor, ou seja, o número máximo de valores que uma empresa poderá ter para a variável e_j será 15.

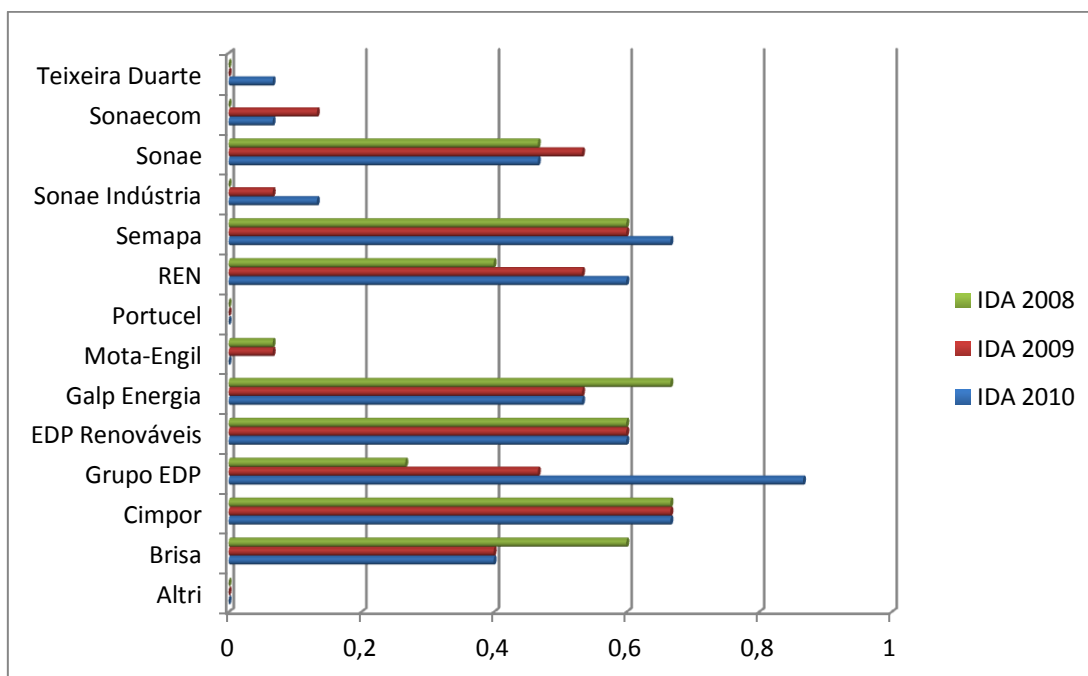
Este Índice será analisado por cada ano, ou seja, para a elaboração deste estudo foram analisadas as informações dos anos 2008, 2009 e, 2010, logo haverá o Índice de Divulgação Ambiental de 2008, 2009 e, 2010, deste modo também será possível comparar a evolução da divulgação da informação ambiental nestes três anos.

Possíveis Conclusões

Como facilmente se verifica, o valor máximo possível resultante da aplicação do Índice de Divulgação Ambiental será 1, pois se o número máximo de valores que uma empresa poderá ter é de 15, e se o número de elementos em análise é de 15, tem-se que $15/15 = 1$, e isto será efectuado para cada ano de cada empresa, posteriormente irá somar-se o resultado global por ano. O que significará que quanto mais perto o resultado estiver do valor 1, maior é a divulgação da informação ambiental.

Aplicação

Com base no Quadro 1 – Tabela de Elementos de Informação Ambiental, (Vide Anexos), e utilizando a fórmula acima mencionada, foi possível obter os seguintes resultados do IDA anual por empresa:

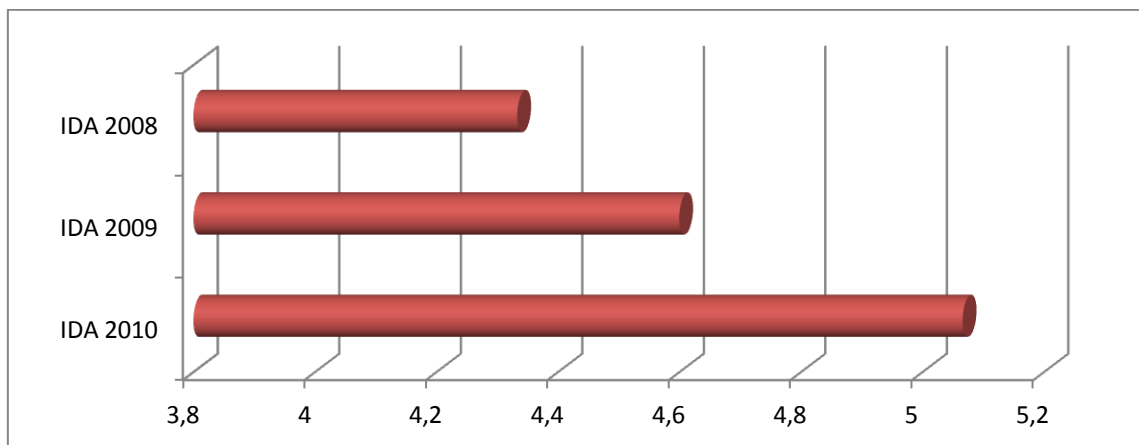


Deste modo, tornou-se assim possível afirmar que em 2010, é o Grupo EDP que divulga mais informação no seu Relatório e Contas, seguido da Cimpor e da Semapa. Em 2009, é a Cimpor que tem o Índice de Divulgação Ambiental superior, seguido da EDP Renováveis e da Semapa, e em 2008, a Cimpor e a Galp Energia são as que têm o Índice de Divulgação superior, seguido da Semapa e EDP Renováveis.

Analisando os sectores de actividade a que estas empresas pertencem, constata-se que estas empresas pertencem aos sectores de actividade de pasta de papel, cimentos, electricidade, energia eólica, combustíveis. Actividades que de facto têm elevado potencial de causar impactos no ambiente, como já referido anteriormente, para a produção de pasta de papel é inevitável o abate de árvores, para a produção de cimentos, é necessário partir pedra, para o sector dos combustíveis é necessário explorar o petróleo, tudo recursos naturais impossíveis de replicar, ou seja, estas empresas têm de facto a necessidade de retirar a matéria-prima ao ambiente para poderem produzir.

No caso da electricidade e energia eólica, existe a ocupação e uso do solo, pois é necessária a instalação de postes de electricidade e de energia eólica no solo.

Ainda tendo por base o Quadro 1 – Tabela de Elementos de Informação Ambiental, (Vide Anexos), e utilizando a fórmula acima mencionada, foi possível obter os seguintes resultados do IDA anual:



Deste modo, tornou-se possível concluir que no ano de 2010, temos um Índice de Divulgação Ambiental (em termos percentuais) de cerca de 51%, em 2009, de cerca de 46%, e em 2008, de cerca de 43%. Verifica-se que de facto ao longo dos anos tem existido uma maior preocupação com o ambiente, as empresas preocupam-se em divulgar cada vez mais informação ambiental, e procuram “certificar” essa preocupação através de entidades regulamentadas para o efeito de melhoria da protecção ambiental, tal como a GRI, que tal como já anteriormente referido, não só estabelece medidas de impacto ambiental como também atribui uma avaliação aos Relatórios de Sustentabilidade, desta forma, acaba por “certificar” as empresas como “amigas do ambiente”.

5. CONCLUSÃO

Com esta dissertação foi possível compreender o conceito de Contabilidade Ambiental, que devido à envolvente económica, política e social que se tem vivido nos últimos tempos, tem assumido uma maior importância para toda a sociedade, inclusivamente as empresas, que devido à crescente preocupação da comunidade pela preservação do meio ambiente, vêm-se também como que “obrigadas” a divulgar as suas acções no âmbito da preservação, conservação, e reparação de danos ao meio ambiente, isto porque actualmente as pessoas procuram não só produtos e serviços como também procuram uma imagem que se adequa à filosofia de vida dessa pessoa, isto é, hoje em dia as pessoas procuram uma marca com a qual se possam identificar.

Foram apresentadas algumas vantagens da aplicação da Contabilidade Ambiental, tais como a potencialização da racionalização de gastos, a melhoria do planeamento e controlo das actividades de gestão ambiental da empresa.

Foi possível identificar os normativos contabilísticos que se referem a esta matéria, nomeadamente a IAS 37, uma vez que a amostra de empresas em estudo pertence ao PSI-20. Esta norma define o que é que as empresas devem divulgar em termos de matérias ambientais, e indica como é que as provisões de carácter ambiental devem ser registadas, bem como a indicação do cálculo da estimativa que deve ser contabilizada na rubrica “Outras Provisões para Riscos e Encargos”.

Relativamente à análise dos Relatórios e Contas dos anos 2008, 2009 e, 2010, foi possível verificar que, a grande maioria das empresas em estudo tem a preocupação de divulgar as suas acções no meio ambiente, inclusivamente ao referirem entidades ambientais às quais se encontram associadas, bem como à acreditação dos seus Relatórios de Sustentabilidade por entidades regulamentadoras das matérias ambientais. Dos anos em estudo, 2010 revela-se como sendo o ano no qual as empresas tiveram essa maior preocupação, ao divulgarem mais informação, e mais relevante nos seus Relatórios e Contas, o que também se verificou no âmbito do Índice de Divulgação Ambiental, que apresentou resultados superiores em 2010 comparativamente com os anos de 2008 e, 2009.

Tornou-se possível afirmar que as empresas que apresentam mais informação sobre a temática ambiental nos seus Relatórios e Contas são, a Cimpor, o Grupo EDP, a EDP Renováveis, e a Semapa, empresas estas que pertencem a sectores de actividade que para existirem têm mesmo a necessidade de causar danos no ambiente. Verificou-se que ao longo dos anos tem-se verificado uma maior preocupação por parte das empresas em divulgar essa preocupação nos seus Relatórios e Contas, bem como a divulgação que as informações ambientais divulgadas encontram-se certificadas ou em conformidade com directrizes reguladas por entidades exteriores à empresa que divulga.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abantes, I.; Saraiva, S.; e outros, (2005), Manual Prático para a Gestão Ambiental, Verlag Dashofer.

Beja, R., (2003), Desenvolvimento Sustentável: O imperativo Socio-económico e o posicionamento dos Revisores Oficiais de Contas.

Caseirão, (2005), Apontamentos das Aulas do Curso de Preparação para Revisor Oficial de Contas, Disciplina de Auditoria Ambiental.

Caseirão, M., (2003), Auditoria Ambiental – Perspectiva Contabilístico-Financeira, Áreas Editora.

Comissão das Comunidades Europeias, (2001), Recomendação da Comissão 2001/453/CE, de 30 de Maio de 2001, respeitante ao reconhecimento, à valorimetria e à prestação de informações sobre questões ambientais nas contas anuais e no relatório de gestão das sociedades, Jornal Oficial das Comunidades Europeias, L156 de 13/06/2001, p. 33-42.

Comissão de Normalização Contabilística, (2002), Directriz Contabilística n.º 29 - Matérias Ambientais.

Costa, B., (2007), Auditoria Financeira – Teoria e Prática, 8ª Edição, Editora Rei dos Livros.

Eugénio, T., (2004), Contabilidade e Gestão Ambiental, Áreas Editora.

Eugénio, T., (2006), DC nº29 – Que implicações na apresentação de informação no relatório e contas?, Revista TOC, nº 74, Maio, p. 45-50.

Eugénio, T., (2008), Auditoria às matérias ambientais na perspectiva contabilístico-financeira, Trabalho anual no âmbito do Sistema de Acompanhamento e Avaliação de Estágio, OROC.

Ferreira, C., (2000), Da Contabilidade e do Meio Ambiente, Vislis Editora.

Gray, R; Bebbington, J. e Walters, D., (1994), Accounting for the Environment, Markus Wiener Publishers.

International Auditing Practices Committee, (1998), IAPS 1010 – Consideração de Matérias Ambientais no Exame de Demonstrações Financeiras, Recomendação Internacional de Prática de Revisão/Auditoria.

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, (2008), Manual dos Revisores Oficiais de Contas, versão 35.

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, (2005), Revista «Revisores & Empresas», n.º 29, Abril/Junho.

PriceWaterhouseCoopers, (2004), Implementation in Member States of Commission Recommendation on Treatment of Environmental Issues in Companies' Financial Reports, October.

Pereda, T., (2000), Normas Internacionales de Contabilidad y Auditoria sobre la Incidencia de Medio Ambiente en la Informacion Financiera, Revista de Contabilidade e Comércio, nº 231, VI. LVIII, Abril, p. 547-589.

Rodrigues, João, 2011, Sistema de Normalização Contabilística Explicado, Porto Editora.

Schaltegger, S.; Burritt, R., (2000), *Contemporary environmental accounting: issues concepts and practice*. Sheffield, UK: Greenleaf Publishing Limited.

Taborda, D., (2006), Auditoria – Revisão Legal de Contas e Outras Funções do Revisor Oficial de Contas, Edições Sílabo.

7. ANEXOS

QUADRO 1 – Tabela de Elementos de Informação Ambiental

Análise a Relatórios e Contas de 2010

Empresa	Relatório e Contas									Anexo						TOTAL por Empresa	IDA por Empresa
	Política Ambiental	Sistema de Gestão Ambiental	Medidas de Protecção Ambiental	Cumprimento do Normativo	Formação	Auditoria Ambiental	Desempenho Ambiental	Indicadores Ambientais	Investimentos Ambientais	Critérios de Valorimetria	Incentivos Ambientais	Dispêndios de carácter ambiental	Custos extraordinários	Passivos de carácter ambiental	Passivos contingentes		
Altri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Brisa	1	1	0	1	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	6	0,4
Cimpor	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	10	0,6666
Grupo EDP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	13	0,8666
EDP Renováveis	0	1	1	1	0	0	1	0	1	0	1	1	0	1	1	9	0,6
Galp Energia	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	8	0,5333
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Portucel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
REN	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	9	0,6
Semapa	1	1	1	0	1	0	1	1	1	0	0	1	0	1	1	10	0,6666
Sonae Indústria	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2	0,1333
Sonae	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0,4666
Sonaecom	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0,0666
Teixeira Duarte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0,0666
TOTAL por Ano	7	9	7	7	5	5	8	5	5	1	4	3	0	5	5	76	5,0662

Análise a Relatórios e Contas de 2009

Empresa	Relatório e Contas									Anexo						TOTAL por Empresa	IDA por Empresa
	Política Ambiental	Sistema de Gestão Ambiental	Medidas de Protecção Ambiental	Cumprimento do Normativo	Formação	Auditoria Ambiental	Desempenho Ambiental	Indicadores Ambientais	Investimentos Ambientais	Critérios de Valorimetria	Incentivos Ambientais	Dispêndios de carácter ambiental	Custos extraordinários	Passivos de carácter ambiental	Passivos contingentes		
Altri	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Brisa	1	1	0	1	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	6	0,4
Cimpor	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	10	0,6666
Grupo EDP	0	0	1	0	0	0	1	1	1	0	1	1	0	1	0	7	0,4666
EDP Renováveis	0	1	1	1	0	0	1	0	1	0	1	1	0	1	1	9	0,6
Galp Energia	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	8	0,5333
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0,0666
Portucel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
REN	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	8	0,5333
Semapa	1	0	1	0	1	0	1	1	1	0	0	1	0	1	1	9	0,6
Sonae Indústria	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0,0666
Sonae	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	8	0,5333
Sonaecom	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0,1333
Teixeira Duarte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL por Ano	6	7	7	7	4	4	8	5	5	2	2	3	0	5	4	69	4,5996

Análise a Relatórios e Contas de 2008

Empresa	Relatório e Contas									Anexo						TOTAL por Empresa	IDA por Empresa
	Política Ambiental	Sistema de Gestão Ambiental	Medidas de Protecção Ambiental	Cumprimento do Normativo	Formação	Auditoria Ambiental	Desempenho Ambiental	Indicadores Ambientais	Investimentos Ambientais	Critérios de Valorimetria	Incentivos Ambientais	Dispêndios de carácter ambiental	Custos extraordinários	Passivos de carácter ambiental	Passivos contingentes		
Altri,	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Brisa	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	9	0,6
Cimpor	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	10	0,6666
Grupo EDP	0	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	4	0,2666
EDP Renováveis	0	1	1	1	0	0	1	0	1	0	1	1	0	1	1	9	0,6
Galp Energia	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	1	1	10	0,6666
Mota-Engil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0,0666
Portucel	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
REN	1	1	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	6	0,4
Semapa	0	0	1	1	0	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	9	0,6
Sonae Indústria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sonae	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	7	0,4666
Sonaecom	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Teixeira Duarte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL por Ano	5	6	7	6	5	5	8	4	5	2	1	3	0	4	4	65	4,333